



**GOVERNO DA
GUINÉ-BISSAU**

Ministério das Finanças
Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos

NOTA DO ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E ORÇAMENTAL

Abril
2020

Abril
2020

**NOTA DO ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO E ORÇAMENTAL**

Governo da Guiné-Bissau

Ministério da Economia e Finanças

Comité de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental (CEMO)

Presidente do Comité de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental

DGPEE

Nota Periódica

A presente publicação, produzida pelo Comité de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental do Ministério da Economia e Finanças da Guiné-Bissau, espelha os resultados da evolução e perspectivas económicas da República da Guiné-Bissau, num horizonte de medio prazo.

Comité de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental 2020

Índice

Lista das tabelas e gráficos.....	ii
RESUMO EXECUTIVO	iii
INTRODUÇÃO	1
I. EVOLUÇÃO RECENTE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	2
I.1. Crescimento económico e inflação.....	2
I.2. Finanças públicas e a dívida.....	4
I.3. Conta externa.....	5
I.4. Situação monetária	5
II. AMBIENTE INTERNACIONAL E REGIONAL RECENTE.....	6
II.1. Ambiente económico internacional.....	6
II.2. Ambiente económico regional.....	7
III. PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS 2020-2023	7
III.1. Objetivos da política económica e orçamental	8
III.2. Principais Hipóteses Económicas do Cenário base	9
III.3. Crescimento económico e inflação	10
III.4. Finanças Públicas e a Dívida	11
III.5. Balança de pagamento	15
III.6. Situação monetária	16
IV. ANÁLISE DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS	16
V. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	18
ANEXO.....	20

Lista de Siglas

BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BdP	Balança de Pagamento
CEM	Comité de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental
DENARP II	Documento Estratégico Nacional para Redução da Pobreza
DGA	Direção Geral das Alfândegas
DGCI	Direção Geral da Contribuição e Imposto
DGT/CP	Direção Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública
DPEO	Documento de Plano Estratégico e Operacional
DPOEP	Documento de Programação Orçamental e Económica Plurianual
FMI	Fundo Monetário Internacional
INE	Instituto Nacional de Estatística
PIB	Produto Interno Bruto
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental
SM	Situação Monetária
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
TS	Tabela Síntese

Lista das tabelas e gráficos

Tabela 1: Síntese dos principais indicadores.

Tabela 2: Evolução dos agregados das finanças públicas.

Tabela 3: Principais hipóteses económicas do enquadramento macroeconómico e orçamental 2018-2023.

Tabela 4: Tabela comparativa das hipóteses dos cenários base e otimista.

Gráfico n. 1- Evolução do Crescimento por ramos de atividade económica.

RESUMO EXECUTIVO

Em cumprimento do disposto na Lei Orgânica do então Ministério da Economia e Finanças, aprovado em 2016 pelo Conselho de Ministros, eis a primeira versão da Nota de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental para o ano de 2020. Ela avalia a conjuntura relativa à evolução dos indicadores macroeconómicos para o ano económico de 2020 e fornece as projeções para o período de 2021-2023.

A elaboração desta nota ocorre num contexto caracterizado pelo surgimento da pandemia da COVID-19, de modo que as boas perspectivas da fileira de caju bem como os seus efeitos positivos nos subsectores de transportes, comércio, comunicação, financiamento, turismo e erário público, foram revistas considerando os efeitos colaterais das medidas a nível mundial para evitar maiores danos causados pela crise em referência.

Perante o acima exposto, a taxa de crescimento do PIB real para 2020 foi revisto em baixa para se situar em -1.9% contra 4.5% correspondente a realização de 2019. A atividade económica nacional deverá decorrer num clima de aumento moderado de preços, 2.0% contra 0.2% de 2019, ou seja, em observância da norma comunitária de 3%.

A contração do PIB explica-se pelo fraco desempenho em quase todos os sectores da economia, decorrente, particularmente, dos efeitos nefastos da pandemia COVID-19. O setor primário crescerá de 5.4%, sob o estímulo do subsector de caju (+3.7%), de agricultura de subsistência (+7.3%) e das pescas (+5.0%). A tendência contrária se verificará nos sectores secundário e terciário, com a queda do ritmo de crescimento para -5.8% e -3.9% respetivamente.

Analisando a dinâmica do lado da procura, denota-se que a diminuição do PIB real em 2020 será atenuada pelo consumo final que pesa por 94.6% e pelo investimento por 18.5%, porquanto as exportações líquidas deverão ser negativas, na ordem de 13.2%.

Tratando-se das Finanças Públicas, as previsões para o ano de 2020 apontam para um total de 122.8 mil milhões de FCFA em receitas totais e donativos contra 130.1 mil milhões de FCFA do ano transato. As receitas orçamentais representarão a maior proporção deste valor (69.5% versus 30.5% para os donativos), muito embora em diminuição de 19.2% em relação ao nível de 2019. Esta diminuição está relacionada com a queda de 25.3% das receitas fiscais. Quanto as despesas totais e empréstimos líquidos, poderão situar-se em 212.7 mil milhões de FCFA em 2020, contra 165.1 mil milhões em 2019, um aumento de 47.6 mil milhões de FCFA, explicado particularmente pelo aumento das despesas correntes (+25.3%).

O saldo global deveria se situar em -89.8 mil milhões de FCFA contra -35.0 mil milhões em 2019, ou seja -11.2% do PIB nominal em 2020

No domínio externo, o saldo da balança de pagamentos apresentará um défice de 23.8 mil milhões de FCFA contra 15.2 mil milhões de FCFA em 2019. O resultado consolidado do saldo externo é consequência da degradação da conta de transação corrente (-80.6 mil milhões) cujo impacto foi minimizado pelo acréscimo da entrada de capital (15.6 mil milhões) e na conta financeira (41.2 mil milhões de FCFA).

A massa monetária (M2) poderá conhecer um aumento de 4.4 mil milhões de FCFA para se situar em 370.4 mil milhões de FCFA. Este aumento está alinhado com o aumento do crédito interno, apesar duma ligeira diminuição dos ativos externos líquidos.

Relativamente as **projeções para o período de 2021-2023** fundam-se nos objetivos da política económica e orçamental. Nestes termos, perspetiva-se uma retoma da atividade económica projetando assim o PIB para +4.0% em 2021; +4.6% em 2022 e +4.3% em 2023. A inflação média é projetada em 2.0% para o mesmo período.

Os níveis de crescimento acima apresentados serão impulsionados, essencialmente, pelas melhorias nos subsectores de agricultura; indústria agroalimentar; comércio e serviço da administração pública. Do lado da demanda, o consumo final e o investimento continuarão a suportar esse crescimento, muito embora espera-se uma ligeira melhoria das exportações líquidas para os anos de projeção.

A nível das Finanças Públicas, a intensificação das medidas de saneamento poderá contribuir na normalização das arrecadações. Assim, as receitas e donativos são projetadas, em media anual, para 164.1 mil milhões de FCFA contra 197.6 mil milhões de FCFA para as despesas totais, durante o período de 2021-2023. O saldo global seria negativo durante todo o período em referência.

O saldo da balança de pagamento situar-se-á em 8.6, -10.0 e -18.0 mil milhões de FCFA, respetivamente em 2021, 2022 e 2023. A massa monetária poderá situar-se em 377.3 em 2021, 357.3 em 2022 e 357.4 mil milhões de FCFA.

Com fundamento em todas as considerações acima descritas, a retoma do crescimento projetada a partir de 2021, permitirá o país voltar gradualmente a normalidade. No entanto, a gravidade da contração em 2020 e a velocidade da recuperação dependerão de vários fatores, incluindo a robustez do sistema de saúde no país, a eficácia das medidas nacionais de contenção e do apoio prestado pela comunidade internacional.

Para atenuar os efeitos dos riscos, recomenda-se a adoção de seguintes medidas:

- Explorar devidamente as potencialidades do momento, em termos de mobilização de recursos, tanto a nível interno (facilidades de empréstimos concedidos pelo BCEAO; emissões de Obrigações e Bilhetes de tesouro) bem como a nível intencional (donativos; empréstimos concessionais ou a taxas moderadas, perdão da dívida; etc.)

- Priorizar as despesas de saúde com vista a conter a epidemia e salvar vidas humanas, independentemente do espaço fiscal e da dívida;
- Fornecer as pessoas mais vulneráveis apoio financeiro sob forma de transferência monetária ou em géneros alimentícios;
- Impulso às atividades geradoras de rendimento através, entre outros, do sector de micro finanças (inclusão financeira). Neste particular, a retoma célere da segunda fase da cooperação com o Fundo de Koweit seria oportuna;
- Aumento e melhoria de abastecimento do mercado com os produtos da primeira necessidade e o reforço da fiscalização dos seus preços
- Adotar medidas que garantam uma recuperação célere da posição orçamental e que garantam a sustentabilidade da dívida pública.

Tabela 1: Síntese dos principais indicadores

INDICADORES MACRO-ECONOMICOS	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Setor Real						
PIB nominal (em mil milhões FCFA)	836,0	850,3	800,1	883,2	921,0	978,1
PIB percapita (em mil FCFA)	474,3	472,0	434,5	469,4	478,9	497,6
PIB percapita (em U\$D)	853,4	805,4	737,0	801,4	817,7	849,7
(em variação anual)						
PIB nominal	-2,1%	1,7%	-5,9%	10,4%	4,3%	6,2%
PIB real 2015	3,4%	4,5%	-1,9%	4,0%	4,6%	4,3%
Setor primário	1,3%	7,1%	5,4%	4,3%	4,6%	4,3%
Caju	-7,8%	9,5%	3,7%	2,0%	3,2%	2,3%
Setor secundário	4,0%	2,4%	-5,8%	0,0%	5,2%	2,5%
Setor terciário	4,0%	4,3%	-3,9%	3,9%	4,2%	4,1%
Deflator	-5,2%	-2,7%	-4,1%	6,1%	-0,3%	1,8%
IHPC	1,4%	0,2%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Contas Externas						
(em mil milhões de FCFA)						
Exportações de bens FOB	188,6	142,4	81,4	152,1	133,2	136,8
Exportação da castanha de caju	135,1	135,2	77,3	147,4	128,6	129,8
Importações FOB	162,9	208,4	143,8	163,2	184,0	188,8
Saldo global - Balança de Pagamento	8,9	-15,2	-23,8	8,6	-10,0	-18,0
Finanças Públicas						
(em mil milhões de FCFA)						
Receitas orçamentais	98,3	105,6	85,3	111,0	125,1	135,4
Receitas fiscais	77,6	79,1	59,1	83,3	92,5	103,1
Outras receitas (don. excluído)	20,7	26,5	26,2	27,8	32,6	32,3
Donativos	30,3	24,5	37,5	36,6	44,0	40,2
Despesas totais e empréstimos líquidos	164,3	165,1	212,7	193,7	200,8	198,2
Despesas correntes	105,4	126,9	159,0	134,0	135,0	138,6
Despesas capitais (recursos orçamentais)	2,1	1,8	2,0	3,0	3,5	4,0
Despesas capitais (recursos externos)	56,8	36,4	51,7	56,7	62,3	55,6
Saldo global (base compromisso)						
excl. Donativos	-66,0	-59,5	-127,3	-82,6	-75,7	-62,9
incl. Donativos	-35,7	-35,0	-89,8	-46,0	-31,8	-22,7
Estoque da Dívida Pública	353,9	452,8	532,9	561,5	590,6	612,9
(em % de PIB)						
Receitas orçamentais	11,8%	12,4%	10,7%	12,6%	13,6%	13,8%
Receitas fiscais	9,3%	9,3%	7,4%	9,4%	10,0%	10,5%
Outras receitas (don. excluído)	2,5%	3,1%	3,3%	3,1%	3,5%	3,3%
Donativos	3,6%	2,9%	4,7%	4,1%	4,8%	4,1%
Despesas totais e empréstimos líquidos	19,7%	19,4%	26,6%	21,9%	21,8%	20,3%
Despesas correntes	12,6%	14,9%	19,9%	15,2%	14,7%	14,2%
Despesas capitais (recursos orçamentais)	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%	0,4%
Despesas capitais (recursos externos)	6,8%	4,3%	6,5%	6,4%	6,8%	5,7%
Saldo global (base compromisso)						
excl. Donativos	-7,9%	-7,0%	-15,9%	-9,4%	-8,2%	-6,4%
incl. Donativos	-4,3%	-4,1%	-11,2%	-5,2%	-3,4%	-2,3%
Estoque da Dívida Pública	42,3%	53,2%	66,6%	63,6%	64,1%	62,7%
Situação Monetária Integrada						
(em mil milhões de FCFA)						
Ativos Externos Líquidos	233,7	217,5	216,9	220,4	201,6	201,6
Credito Interno	173,0	197,8	202,3	206,2	205,2	205,3
Massa Monetária (M2)	365,0	366,0	370,4	377,3	357,3	357,4
(em % de PIB)						
Ativos Externos Líquidos	28,0%	25,6%	27,1%	25,0%	21,9%	20,6%
Credito Interno	20,7%	23,3%	25,3%	23,3%	22,3%	21,0%
Massa Monetária (M2)	43,7%	43,0%	46,3%	42,7%	38,8%	36,5%
Indicadores da Convergencia						
Saldo global incl. donativos (% PIE) >= -3%	-4,3%	-4,1%	-11,2%	-5,2%	-3,4%	-2,3%
Taxa de inflação médio anual <= 3%	1,4%	0,2%	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
Massa salarial /Receitas fiscais <= 35%	47,7%	57,5%	79,4%	57,2%	52,1%	47,2%
Dívida/PIB <= 70%	42,3%	53,2%	66,6%	63,6%	64,1%	62,7%
Taxa de pressão fiscal >= 20%	9,3%	9,3%	7,4%	9,4%	10,0%	10,5%
Memorando						
Produção de caju (em mil toneladas)	185,0	202,5	210,0	214,2	220,9	226,0
Exportação de caju (em mil toneladas)	169,7	200,0	145,6	246,3	215,0	217,0
Preço médio ao produtor de caju (FCFA/kg)	474	351	250	350	350	378
Preço médio de exportação de caju (U\$D/ton)	1684	1096	901	1022	1022	1022

Fonte: Comité de Enquadramento Macroeconómico (CEM), abril 2020

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto na Lei Orgânica do então Ministério da Economia e Finanças, aprovado em 2016 pelo Conselho de Ministros, eis a primeira versão da Nota de Enquadramento Macroeconómico e Orçamental para o ano de 2020.

A presente Nota de Enquadramento reflete, de forma exaustiva, as grandes tendências macroeconómicas de médio prazo, igualmente, fornece propostas de orientações no capítulo de conceção de políticas públicas cujos efeitos se revelam pertinentes no processo de elaboração de políticas económicas adequadas ao desenvolvimento sustentável.

Este documento inspira-se na visão dos principais Planos Estratégicos Nacional, bem como no último Programa do Governo aprovado pela Assembleia Nacional Popular, em junho de 2018. Importa ressaltar a contribuição do conteúdo deste documento na elaboração da proposta lei do Orçamento Geral do Estado, onde este trabalho serve de referência.

A nota é estruturada em cinco partes. A primeira descreve a evolução recente da situação económica e financeira da Guiné-Bissau. A segunda apresenta o ambiente económico internacional e regional. A terceira parte volta a debruçar-se, mas de forma sucinta, sobre as estimativas do comportamento dos agregados macroeconómicos em 2020 antes de fornecer as projeções para o período 2021-2023. Quanto à quarta parte, ela analisa os cenários alternativos ao cenário de base. Na quinta e última parte, a nota tira conclusões do quadro macroeconómico global e emite recomendações de medidas de política económica.

I. EVOLUÇÃO RECENTE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A economia guineense evoluiu numa dinâmica caracterizada pelos esforços de retoma do programa de assistência com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelas incertezas no mercado nacional ligadas a conjuntura política nos últimos tempos.

O surgimento e a propagação do surto pandémico da COVID-19 estão no cerne das previsões tendo em conta que os países parceiros comerciais da Guiné-Bissau, destinatários das nossas exportações e fontes das nossas importações, foram fortemente afetados. Igualmente, as medidas preventivas e em aplicação contra a propagação da doença foram tidas como riscos de nível elevado comprometendo a grande parte da atividade económica, cujas consequências são bem evidentes.

As boas perspetivas de produção da castanha de caju, do seu preço ao produtor e no mercado internacional bem como os efeitos positivos que estes podem ter nos subsectores de transportes, comércio, comunicação, financiamento, turismo e erário público, foram revistas considerando os efeitos colaterais das medidas a nível mundial para evitar maiores danos causados pela crise em referência.

I.1. Crescimento económico e inflação

O fraco desempenho perspectivado em quase todos os sectores, sustentam a revisão em baixa da taxa de crescimento económico para 2020. De acordo com as previsões constantes deste documento, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), registará um recuo para se situar em -1.9% contra 5.6% inicialmente previstas e de 4.5%, correspondente a realização de 2019.

Essa evolução do PIB está longe de corresponder ao valor desejável para fazer face aos desafios relacionados ao combate à pobreza nas suas múltiplas dimensões, através de melhoria de acesso aos serviços básicos, da criação de mais oportunidades de rendimentos e de emprego.

A contração do PIB explica-se pelo fraco desempenho em quase todos os sectores da economia, decorrente, particularmente, dos efeitos nefastos da pandemia COVID-19. As medidas de prevenção em vigor terão impacto sobre a campanha de comercialização e exportação da castanha de caju, afetando cerca de 80% da população, igualmente, na arrecadação das receitas para o tesouro público.

O ritmo da queda de crescimento será atenuado pela tendência crescente da produção cerealífera e da produção da castanha de caju. Os efeitos conjugados da diminuição do preço ao produtor e a diminuição anunciada do preço no mercado internacional não permitirão compensar os ganhos com a produção esperada.

Fazendo foco sobre a **ótica da oferta**, no domínio sectorial, as evoluções revelam como se segue:

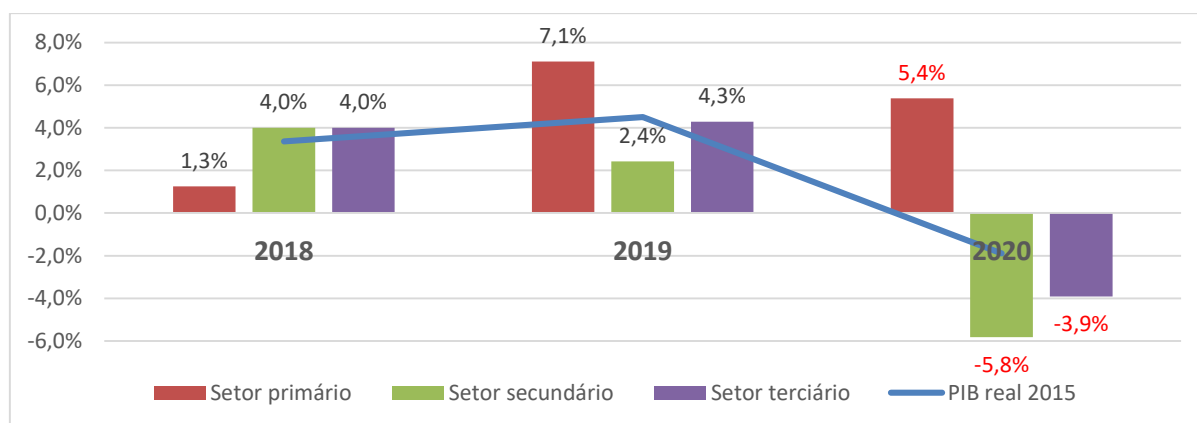
- **Sector primário:** os 5,4% de crescimento previstos para o sector, contra 7,1% em 2019, serão determinados pelo subsector de caju. Este beneficiará da pluviometria regular que se registou no ano anterior, da presença de pouca poeira, da entrada em fase de produção de

novas plantações e da melhoria de técnicas agrícolas no domínio de caju, enquanto fator determinante no aumento da produtividade por hectare.

Se do lado da quantidade produzida de caju espera-se uma variação positiva de 3,7%, do lado da exportação a tendência deve ser decrescente. Esta ultima consideração conjugada com a baixa do poder de compra da maioria da população poderão ser incentivos para o aumento da produção de cereais e tubérculos, com destaque para o arroz. Em relação ao arroz, vários projetos estão a ser implementados, cujos focos destacamos: reabilitação de bolanhas, disponibilização de máquinas para a preparação dos terrenos de cultivo, construção e reabilitação de pistas rurais, incluindo a disponibilização de sementes, fertilizantes e assistência técnica. Assim sendo, prevê-se que a produção do arroz registre um crescimento de 8,0% em 2020 comparativamente a 6,4% do ano transato.

- **Sector secundário:** a rubrica eletricidade e água permanecerá como maior impulsionador apesar da queda do ritmo de crescimento do setor, passando de 2,4% em 2019 para se situar em -5,8% em 2020. O nível atual de produção da eletricidade e água somado a execução que se espera dos projetos em curso no domínio, não serão suficientes para conferir ao sector um crescimento positivo. A deterioração da evolução nos subsectores de construções e outras indústrias, -8,5 e -8,4% respetivamente, serão responsáveis por este recuo.
- **Sector terciário:** uma análise retrospectiva dos últimos 4 anos permite apurar que a queda prevista do crescimento neste sector para 2020, marcará uma rotura com a tendência registada no período de referência. Os reflexos do abrandamento no processo de comercialização e exportação da castanha de caju, serão fortemente sentidos em todas as rubricas, com maior destaque para os serviços financeiros. O crescimento moderado da administração pública não será suficiente para inverter o recuo de -3,9% perspectivada para 2020 contra 4,3% correspondente ao registo de 2019.

Gráfico nº 1- Evolução do Crescimento real por sectores de atividade



Fonte: INE/Modelo Tchintchor (DGPEE)

Analisando a dinâmica do **lado da procura**, denota-se que a diminuição do PIB real em 2020 será atenuada pelo consumo final que pesa por 94,7% e o investimento por 18,5%. Esta tendência foi

também a que se verificou em 2019, com o consumo final a corresponder a 80,0% do PIB e o investimento a 11,4%. O consumo final será impulsionado pelo consumo das famílias que representará 74,7% do PIB e o da administração pública, 20%.

Do lado do investimento o desempenho é atribuível tanto ao setor público (7,2%) como ao setor privado (11,7%), registando também uma variação de estoque de -4% do PIB.

Em virtude da diminuição projetada para a castanha de caju, as exportações líquidas deverão ser negativas, na ordem de 13,2% comparativamente ao seu nível de -0,4% do ano transato. Este resultado está assente nos efeitos conjuntos da diminuição das exportações de bens e de serviços. A necessidade de abastecimento do mercado em produtos da primeira necessidade para fazer face as implicações do COVID-19, estarão na base do incremento das importações de bens.

As medidas de confinamento domiciliárias e de fecho das fronteiras provocaram em determinado momento alguma pressão sobre os preços dos produtos de primeira necessidade. Mas, os riscos que pairam sobre a campanha de comercialização de castanha de caju afetarão de certa maneira de forma negativa o preço ao produtor, consequentemente irão diminuir o poder de compra do consumidor e a procura. Do que precede e contando ainda com as medidas de controlo do Banco Central, prevê-se que o nível geral do preço no consumidor se situe em 2% contra 0,2% de 2019, ou seja em observância da norma comunitária de 3%.

I.2. Finanças públicas e a dívida

Tabela 2: Evolução dos agregados das finanças públicas, em mil milhões de FCFA.

Finanças Públicas	2019	2020
(em mil milhões de FCFA)		
Receitas e Donativos	130,1	122,8
Receitas Orçamentais	105,6	85,3
Receitas fiscais	79,1	59,1
Receitas não fiscais	26,5	26,2
Donativos	24,5	37,5
Despesas totais e empréstimo líquido	165,1	212,7
Despesas correntes	126,9	159,0
Remunerações e Salário	45,5	46,9
Despesas capitais com recursos internos	1,8	2,0
Despesas capitais com recursos externos	36,4	51,7
Saldo global excl. donativos (base compromisso)	-59,5	-127,3
Saldo global incl. donativos (base compromisso)	-35,0	-89,8
Saldo global incl. donativos (base compromisso; % de PIB)	-4,1%	-11,2%

Fonte: TOFE/MEF

A luz da tabela 2, as previsões para o ano de 2020 apontam para um total de 122.8 mil milhões de FCFA em receitas totais e donativos contra 130.1 mil milhões de FCFA do ano

transato. As receitas orçamentais/correntes representarão a maior proporção deste valor com 69,5% versus 30,5% para os donativos. Não obstante, denota-se uma diminuição de 19,2% em relação ao nível de 2019. Esta diminuição está relacionada com a queda de 25,3% das receitas fiscais.

As despesas totais e empréstimos líquidos poderão situar-se em 212.7 mil milhões de FCFA em 2020, contra 165.1 mil milhões em 2019, um aumento de 47.6 mil milhões de FCFA, explicado particularmente pelo aumento das despesas correntes. De facto, essa categoria de despesa está estimada em +25,3%, em relação a realização de 2019, para se estabelecer em 159,0 mil milhões. Entre os segmentos que mais progrediram sobressaem: aquisição de bens e serviços (+30,0%); pagamento de serviços da dívida (+78,5%); outras despesas (99,5%) e investimentos com recursos externos (+42,2%).

Em resumo, o saldo global deveria se situar em 89,8 mil milhões de FCFA, ou seja -11,2% do PIB nominal em 2020.

I.3. Conta externa

Em 2020, o saldo da balança de pagamentos apresenta um défice de 23,8 mil milhões de FCFA contra 15,2 mil milhões de FCFA em 2019. O resultado consolidado do saldo externo é consequência da degradação da conta de transação corrente (-80,6 mil milhões) cujo impacto foi minimizado pelo acréscimo da entrada de capital (15,6 mil milhões) e na conta financeira (41,2 mil milhões de FCFA).

O défice de transação da conta corrente, em aumento de 10,6% em relação ao nível de 2019, é explicado pela queda do rendimento primário líquido (11,8 contra 15,9 mil milhões de FCFA em 2019) e do rendimento secundário líquido (37,8 contra 44,6 mil milhões de FCFA), dado que o nível de défice da balança comercial mantido praticamente estável (-130,2 contra -133,4 mil milhões).

A melhoria registada na conta de capital, 15.6 mil milhões de FCFA com 14.7 mil milhões de FCFA em 2019, justifica-se pelas entradas de capital provenientes dos Parceiros Técnicos e Financeiros no âmbito da implementação de projetos públicos.

Em fim, no respeitante ao saldo da conta financeira que prevê uma entrada em termos líquidos de 41.2 mil milhões de FCFA em 2020 contra 36.3 mil milhões de FCFA no ano precedente, explica-se essencialmente pelas emissões programadas das obrigações e bilhetes de tesouro.

I.4. Situação monetária

Em 2020, a massa monetária poderá conhecer um aumento de 4.4 mil milhões de FCFA para se situar em 370.4 mil milhões de FCFA. Este aumento está alinhado com o aumento do crédito interno, apesar duma ligeira diminuição dos ativos externos líquidos.

Apesar da queda prevista na exportação da castanha de caju, os ativos externos líquidos poderão situar-se em 216,9 mil milhões de FCFA contra 217,5 mil milhões de FCFA em 2019, em virtude do financiamento excecional que o Governo poderá receber dos seus aliados no âmbito da resposta à crise provocada pelo COVID-19. Com efeito, estima-se que os ativos externos líquidos do BCEAO poderão conhecer um aumento de 0,9% em relação ao ano de 2019 para se situarem em 184,0 mil milhões, enquanto os dos bancos comerciais serão marcados por uma queda de 6,3%, ficando em 32,9 mil milhões de FCFA em 2020.

No que respeita ao crédito interno, poderá conhecer um aumento de 4.5 mil milhões de FCFA, associado ao incremento de 1.6 mil milhões de FCFA que fora previsto no *stock* do crédito líquido à Administração Central bem como um acréscimo de 2.9 mil milhões de FCFA no crédito à economia.

Não obstante a conjuntura pouco favorável, o Governo deverá assumir o compromisso de mobilizar uma soma aproximativa de 17.7 mil milhões de FCFA que será colocada, exclusivamente, à disposição dos objetivos da campanha de comercialização e exportação da castanha de caju, por forma a atenuar os efeitos nefastos desta pandemia na atividade económica. Estima-se que uma utilização adequada da referida soma terá um efeito apreciável sobre o nível de financiamento global à economia.

Como consequência do aumento da Massa Monetária, a circulação fiduciária aponta para um diferencial de 4.9 mil milhões de FCFA no ano de 2020 tendo como base o ano de 2019.

II. AMBIENTE INTERNACIONAL E REGIONAL RECENTE

II.1. Ambiente económico internacional

No contexto mundial atual, caracterizado pela pandemia do COVID-19, as previsões de crescimento global são sujeitas a uma frequente atualização. De acordo com as perspetivas económicas do Fundo Monetário Internacional, publicado em abril de 2020, consta que, o crescimento económico mundial em 2018 é de 3,6%; caiu para 2,9% em 2019, deve contrair-se em 2020 na ordem de 3%.

Esta contração está ligada às decisões assumidas pelas autoridades (governos; instituições; etc.) no combate ao COVID-19 com intuito de salvar vidas humanas e reforçar a capacidade interventiva dos sistemas de saúde. Entre essas medidas destacam-se o confinamento, a contenção e o fecho generalizado das fronteiras, perturbando, sobremaneira, a atividade económica nacional e internacional. Se a tendência se mantiver, a situação vigente pode agravar-se e comprometer os esforços de desenvolvimento e de prosperidade das Nações.

Provavelmente, os países mais avançados serão os mais afetados, devido a dinâmica económica que os caracterizam sem esquecer de sublinhar a densidade populacional. Registou-se uma contração média de 6,1% do PIB numa seleção composta dos seguintes países: Estados Unidos 5,9%; Alemanha 7,0%; França 7,2%; Itália 9,1%; Espanha 8,0%; Japão 5,2%; Reino Unido 6,5% e Canada 6,2%. O nível de recessão dos países emergentes e países em desenvolvimento é de 1%, largamente inferior em comparação com os outros grupos de países.

O FMI avança para o ano de 2021, uma recuperação gradual do PIB, a medida que a pandemia for controlada, com uma estimativa de crescimento global de 5,8%.

II.2. Ambiente económico regional

A pandemia ameaça travar a dinâmica regional, revertendo os progressos registados nos últimos anos em termos de desenvolvimento e, comprometendo as perspetivas de crescimento nos próximos anos. Segundo a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA), o PIB do continente africano pode acusar uma redução de 3,2% para, aproximadamente, 1,8%.

Para a África Subsariana, o FMI antecipa um crescimento negativo de 1,6%, contra um crescimento positivo de 3,1% registado em 2019 e 3,2% em 2018. Tais cifras são resultantes do impacto da crise ligada a pandemia na economia da região através, nomeadamente, de três grandes fatores: as medidas de contenção, os efeitos do abrandamento da economia global e a forte queda do preço das matérias-primas, em particular, do petróleo. Este último afeta grandemente as economias dependentes deste recurso, nomeadamente os países como Angola e Nigéria.

A Zona UEMOA também sofrerá dos efeitos negativos da pandemia de COVID-19. Segundo as declarações do Senhor Alassane Ouattara, Presidente da Costa de Marfim e Presidente em Exercício da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UEMOA, durante uma reunião deste órgão consagrada à análise da crise supracitada, tida no dia 27 de abril de 2020, a sub-região poderá conhecer uma redução de quase 4 pontos percentuais do seu crescimento, para se situar em 2,7%, comparativamente aos 6,6% inicialmente previsto. Isto marcaria uma rutura com o bom desempenho que a UEMOA tem registado nos últimos três anos - um crescimento médio acima de 6% (6,5% em 2017 e 2018, 6,1% em 2019).

III. PERSPECTIVAS MACROECONÓMICAS 2020-2023

As perspetivas para a economia guineense deterioraram-se com a pandemia COVID-19. De facto, a crise atual é sem precedente histórico recente e caracteriza-se por um elevado grau de desconhecimento relativamente ao impacto económico da pandemia.

Apesar do acima exposto, optou-se neste exercício por apresentar três cenários que tentam apreender os efeitos decorrentes da pandemia, partindo das informações disponíveis até 16 de abril: um cenário de base; um cenário pessimista e um cenário otimista.

Nesta seção, será apresentado o cenário considerado o de maior probabilidade de ocorrência “cenário de base”, analisando as premissas e desafios para sua concretização e, posteriormente, seus desdobramentos para os setores da economia.

III.1. Objetivos da política económica e orçamental

Na esfera da política económica, as ações do Governo estarão focadas no alcance dos objetivos sociais e macroeconómicos, atendendo às necessidades de bens e serviços da população. As prioridades se remem no seguinte:

No setor primário, coluna dorsal da economia guineense, denota-se sem equívocos, a necessidade de aumentar a produção agrícola para colmatar a escassez antecipada de produtos de primeira necessidade que a componente importação, provavelmente, será incapaz de responder, a curto e médio prazo. Intensificar a produção agrícola, essencialmente, com o abastecimento em sementes, desinfetantes e, aplicação de técnicas tendentes a revalorizar zonas aráveis, contribuirão no aumento da produtividade e da produção, consequentemente, na erradicação da fome que ameaça o país.

No setor secundário, a prioridade deve estar ligada a promoção das indústrias de transformações agroalimentar com destaque para a castanha de caju, principal produto de exportação do país. Por outro lado, o estado deve priorizar projetos estruturantes, principalmente no domínio das infraestruturas rodoviárias e energéticas.

No domínio terciário, dar ênfase ao funcionamento regular das instituições públicas, elevando o nível de investimento nos setores sociais, nomeadamente, nos setores de saúde e educação, criar mecanismo de incentivo ao setor turístico e prosseguir o saneamento do ambiente de negócio.

Relativamente a política orçamental ou fiscal, ela se traduzirá pela elaboração e adoção de um novo Orçamento geral do Estado (OGE) para romper com o regime de duodécimo que tem vigorado durante o ano de 2019. Uma das linhas diretrizes des instrumento deve ser a prossecução de esforços na mobilização de recursos internos nomeadamente com a efetivação do Imposto sobre o valor acrescentado (IVA). Do lado das despesas, o princípio de seletividade e de contenção serão guias orientadoras da execução orçamental. Estas contituem as vias para garantir e manter a estabilidade económica, amortecer as flutuações dos ciclos económicos e ajudar a manter uma economia crescente, num clima de inflação baixa.

III.2. Principais Hipóteses Económicas do Cenário base

As projeções que sustentam este cenário de base assentam num conjunto de hipóteses de enquadramento à economia, dos quais se destacam:

No contexto interno: (i) impacto negativo do clima socio-político perturbado; (ii) condições climáticas favoráveis, com perspetiva para uma boa produção da castanha de caju (210 mil toneladas); (iii) queda do preço de comercialização da castanha de caju para 250 FCFA face a fraca demanda; (iv) diminuição da quantidade de castanha de caju exportada para 130 mil toneladas contra 195,5 mil em 2019 (sem a exportação clandestina); (v) revisão em baixa da base tributaria para a exportação da castanha de caju (700 contra 950 USD/T); (vi) aumento da produção nas agriculturas de subsistência com destaque para a cultura do arroz em alternativa a baixa de rendimento ocasionado pela queda do preço do caju; (vii) aumento das despesas de investimentos, nomeadamente nas infraestruturas hospitalares; queda do investimento direto estrangeiro e da remessa dos emigrantes.

No contexto externo: fraca demanda internacional de castanha de caju impactando o preço da exportação internacional de caju.

Tabela 3: principais hipóteses do enquadramento macroeconómico e orçamental 2018-2023, comparado com o enquadramento de setembro de 2019.

PRINCIPAIS HIPÓTESES		2018	2019	2020	2021	2022	2023
Agricultura subsistencia							
Taxa de crescimento anual	Revisão	6,6%	7,3%	7,3%	5,6%	6,1%	6,5%
	Inicial	6,6%	6,8%	6,5%	6,8%	7,0%	7,0%
	Diferença	0,0%	0,5%	0,8%	-1,2%	-1,0%	-0,5%
Castanha de Caju							
Produção (mil toneladas)	Revisão	185000	202500	210000	214200	220947	226029
	Inicial	185000	202500	212625	214751	216899	219068
	Diferença	0	0	-2625	-552	4048	6961
Preço ao produtor (FCFA/kg)	Revisão	474	351	250	350	350	378
	Inicial	474	351	403	424	445	477
	Diferença	0	0	-153	-74	-95	-99
Quantidade exportada (toneladas)	Revisão	169713	200000	145551	246330	214981	216987
	Inicial	169713	198450	199868	193276	201716	201542
	Diferença	0	1550	-54317	53053	13265	15445
Preço de exportação (USD/ton)	Revisão	1684	1096	901	1022	1022	1022
	Inicial	1684	1095	1130	1167	1205	1244
	Diferença	0	1	-229	-145	-183	-222
Exportação em valor (mil milhões FCFA)	Revisão	135117	135200	77316	147391	128634	129835
	Inicial	135117	127076	133272	133066	140959	143660
	Diferença	0	8124	-55956	14326	-12325	-13826
Base tributaria (USD/ton)	Revisão	1150	950	700	850	850	850
	Inicial	1150	950	950	950	950	950
	Diferença	0	0	-250	-100	-100	-100
Outros							
Taxa de cambio (USD/FCFA)	Revisão	556	586	590	586	586	586
	Inicial	556	585	590	590	580	573
	Diferença	0	1	0	-4	6	13

Fonte: Comité do Enquadramento Macroeconómico (CEM).

III.3. Crescimento económico e inflação

Em 2020 estima-se que o país registará uma contração do seu PIB real na ordem de 1,9%. A partir de 2021, perspectiva-se uma retoma da atividade económica projetando assim o PIB para +4,0% em 2021; +4,6% em 2022 e +4,3% em 2023. Com essas realizações, a taxa de crescimento média anual será de 4,3%, impulsionado, essencialmente, pela melhoria na eficiência dos subsectores de agricultura; indústria agroalimentar; comércio e serviço da administração pública.

O setor primário, mesmo com as incertezas no ambiente internacional, espera-se que este setor apresente um crescimento significativo de 5,4% em 2020. A tendência é de 4,3% para 2021, 4,6% para 2022; e 4,3% para 2023. A média anual se situaria em 4,4% no intervalo de 2020-2023. Este aumento estaria relacionado com os efeitos combinados da abundante pluviosidade que se perspectiva em todo o país, dos investimentos a serem realizados no quadro do programa de investimento público nomeadamente nos subsectores (agricultura e pesca) e, na atividade florestal, pecuária e de caça. Igualmente, a vertente inovação no domínio da agricultura, pecuária e meio ambiente inserida na concretização do objetivo "Fome Zero em 2020" que julgamos através de ações que incluem, entre outros: (i) aumentar e diversificar a produção agrícola e diversificar culturas; (ii) assegurar o sistema de produção e intensificar a produção animal.

O setor secundário irá conhecer uma taxa de crescimento de -5,8% em 2020. Para os próximos anos (2021, 2022 e 2023), a projeção indica uma taxa de crescimento de 0,0%, 5,2% e 2,5%, respectivamente, explicado pela melhoria na indústria extrativa, agroalimentar, construção, água e eletricidade. A média anual dos três anos (2021-2023) será de 2,5%.

O setor terciário sofrerá uma contração de 3,9% em 2020. Antecipa-se uma taxa de +3,9% em 2021, 4,2% em 2022 e 4,1% em 2023. Assistiremos a uma melhoria generalizada dos subsectores associada a uma média anual (2021-2023) de 4,1%.

O consumo final (a preços constantes) registará um crescimento equivalente a 4,4% em 2020. Este indicador tem efeito significativo no PIB, a título de ilustração em 2020 ele representa 94,7% do total do PIB, valor superior aos últimos três anos. As projeções deste indicador apontam para um aumento de 1,1% em 2021, 2,5% em 2022 e 3,6% em 2023, com uma taxa média anual de 2,4% no intervalo de 2021-2023.

Quanto aos investimentos, projeta-se um aumento de 67,2% em 2020. Relativamente aos anos seguintes espera-se, uma queda de 25,9% em 2021, antes de aumentar de 49,4% em 2022 e de 13,2% em 2023. A média anual indica um aumento de 7,8% no intervalo de (2021-2023), impulsionado, principalmente, pela formação bruta de capital fixo privado.

As exportações líquidas, estimadas a um défice de 105.1 mil milhões de FCFA ao preço constante para o ano de 2020. Prevê-se uma ligeira melhoria para os anos de projeção (2021-

2023), registando uma média de 70,6 mil milhões de FCFA, explicado pela retoma da atividade económica estimulada pela procura, particularmente, na exportação da castanha de caju, tanto em termos de quantidade bem como de preço.

No que respeita a inflação, projeta-se uma taxa média anual de 2,0% para o período de 2020 a 2023.

III.4. Finanças Públicas e a Dívida

As consequências da pandemia de COVID-19 nas finanças públicas serão significativamente negativas e imprevisíveis. No entanto, a continuidade e a intensificação de medidas de saneamento das finanças públicas poderão contribuir na atenuação dos seus efeitos. Assim, as receitas e donativos são estimadas em 122,8 mil milhões de FCFA para o ano 2020. Prevê-se 147,6 para 2021, 169,0 para 2022 e 175,5 mil milhões de FCFA para 2023, ou seja, uma média de 164,1 mil milhões de FCFA no período de 2021-2023.

Os aumentos acima constatados no período 2021-2023 serão impulsionados pelo aumento nas receitas correntes (10,4% em média anual) e nos donativos (4,8% em média anual).

No que concerne as despesas totais e empréstimos líquidos, situar-se-ão em 212,7 mil milhões de FCFA. A média anual para o período de 2021-2023 é estimada em 197,6 mil milhões de FCFA. Este valor, resulta por um lado, da queda registada de forma geral nas despesas correntes (-4,5% em média anual) e, por outro lado, no aumento do investimento de capital (3,5% em média anual).

Receitas:

Impostos sobre o rendimento, benefício e ganhos em capital: estima-se uma arrecadação de 19,1 mil milhões de FCFA em 2020, contra os 22,8 mil milhões de FCFA em 2019, uma queda de 16,2% explicada pelos efeitos de COVID-19 (fecho temporário das empresas, paralisação das atividades económicas). Ao longo do período de referência (2021-2023), a média será de 28,3 mil milhões de FCFA, explicado essencialmente, pela retoma da dinâmica da atividade económica.

Impostos sobre bens e serviços: terão uma diminuição de 27,6% em relação ao ano precedente, para se situar em 21,8 mil milhões de FCFA em 2020. Para o ano de 2021 antecipamos 31,2 mil milhões de FCFA; 33,2 mil milhões de FCFA em 2022 e, 34,3 mil milhões de FCFA em 2023, o que corresponde a uma média de 32,9 mil milhões de FCFA.

Impostos sobre o comércio externo: são estimados em baixa para se situarem em 14,3 mil milhões de FCFA para o ano de 2020 contra 19,3 mil milhões de FCFA arrecadados em 2019, traduzindo assim uma queda de 25,9%. Para o ano de 2021 pretende se coletar 18,8 mil milhões de FCFA, 21,3 mil milhões de FCFA para o ano de 2022 e, 26,1 mil

milhões de FCFA em 2023. O principal componente é o direito alfandegário: a taxa sobre produtos petrolíferos e a taxa sobre a exportação da castanha de caju.

Outras receitas fiscais: terão um valor de 4,0 mil milhões de FCFA em 2020; 7,5 mil milhões de FCFA em 2021; 10,8 mil milhões de FCFA em 2022 e, 11,4 mil milhões de FCFA em 2023. A média anual (2021-2023) corresponde a 9,9 mil milhões de FCFA.

As receitas não tributárias: registarão uma ligeira diminuição de 1,1% em 2020, isto é, saindo de 26,5 mil milhões de FCFA para se situar em 26,2 mil milhões de FCFA. Já para o período de 2021 à 2023, elas ascenderão para 30,9 mil milhões de FCFA em média anual.

A planificação das receitas previstas durante o período de (2020-2023) pode ser uma realidade se for evidenciado esforços na implementação progressiva das reformas estruturais em curso ao nível da administração fiscal e aduaneira, assim como, na luta contra a corrupção.

Para atingir os objetivos de receitas acima citados, as Direções Gerais das Administrações fiscais devem redobrar de esforços e implementar as reformas/medidas abaixo indicados:

a) Direção Geral das Alfândegas (DGA):

- Continuar a implementação do plano estratégico de reformas, combater a fraude e capacitar os recursos humanos;
- Concluir a implementação da rede de comunicação eletrónica entre as instâncias aduaneiras e a Direção Geral das Alfândegas através do “SYDONIA++”. Neste momento as delegações de Gabú, Bafatá e São Domingos já se encontram interconectadas ao Servidor do “SYDONIA++” da DGA;
- Migrar “SYDONIA ++” para “SYDONIA World”;
- Capacitar os técnicos afetos a DGA, para o aumento da produtividade como consequência de uma maior motivação por parte do pessoal que pode influenciar, positivamente, na ascensão da categoria no quadro onde se encontra vinculado.

b) Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI):

- Isentar/perdoar as penalidades aplicadas às empresas, sob anuência do Ministro das Finanças, a partir da data de declaração do Estado de Emergência;
- Estender os prazos de apresentação de declarações e de pagamento de impostos, com uma clara orientação sobre os tipos de impostos e contribuintes que serão elegíveis a essa extensão;

- Abrandar os termos e condições de pagamento em parcelas de impostos em atraso (por exemplo, estender o período e, eventualmente, reduzir juros).
- Alargar a base tributária, isto é, trazer novos contribuintes, alargar o leque relativo a todos quantos exercem uma atividade suscetível de gerar rendimento;
- Prosseguir as emissões de autos de transgressão e seguimento dos já lavrados sobre contribuintes infratores, cuja execução foi confiada ao Tribunal Fiscal;
- Articular com a Direção superior do Ministério sobre a operacionalização da campanha de caju 2020;
- Implementar medidas/procedimentos especiais de cobrança coerciva de acordo com o segmento a que pertence o devedor (dívidas de empresas públicas e órgãos do Estado, grandes devedores e dívidas dos demais contribuintes).
- Desenvolver através do Ministro das Finanças, ações de sensibilização junto aos Ministérios/Ministros, no que tange a implementação da política de centralização das receitas para sanear a falta de colaboração (muitas instituições marcam resistência face aos exatores da DGCI);
- Reduzir as atividades de inspeção / fiscalização e de recuperação de impostos atrasados em reconhecimento às severas pressões sofridas por muitas empresas e indivíduos. Entretanto, quaisquer reduções em ações coativas devem ser temporárias para mitigar o risco da não conformidade antes de se tornar em trincheirada no sistema tributário, com dificuldade de reverter a situação depois da crise, altura em que as bases tributárias necessitarão de ser reconstruídas;
- Reduzir temporariamente (mas não eliminar) auditoria e cobrança de impostos atrasados e redirecionar as ações coativas para os riscos de conformidade mais críticos e emergentes (por exemplo, possível abuso de medidas de socorro) e aquelas indústrias que podem ter experimentado uma expansão em seus negócios.
- Intensificar o monitoramento dos grandes contribuintes, particularmente nos negócios menos impactados negativamente ou em expansão, com vistas a assegurar o pagamento atempado de seus impostos. De forma geral, intensificar o monitoramento da arrecadação de receitas, incluindo, por exemplo, análises setoriais e por tipo de imposto.
- Promover o uso de pagamentos em parcelas para os contribuintes que não possuem capacidade de efetuar pagamentos integrais dentro do prazo devido.

- Desenvolver critérios para identificação de abusos flagrantes e atividades fraudulentas relacionadas à COVID-19 (dentro das competências da DGCI) e implementar ações coativas, incluindo investigações criminais quando necessário.
- Estabelecer procedimentos simplificados para verificação rápida de elegibilidade para obrigações tributárias relaxadas e alívios fiscais, com vistas a aplicar medidas coativas pós-crise, onde necessário.

• **Direcção-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública (DGT/CP):**

- Gerir os fundos públicos, executar as operações de tesouraria, bem como, centralizar e produzir a Contabilidade Geral do Estado e, editar seus relativos estados financeiros;
- Arrecadar e registar receitas;
- Gerir a dívida pública no mercado de Títulos Públicos;
- Pagar as despesas do orçamento;
- Cotitular todas as contas bancárias do setor público;
- Operacionalizar a conta única do tesouro;
- Operacionalizar o SICA-UEMOA (Sistema Interbancário de Compensação Automatizado da UEMOA) e do STAR-UEMOA (Sistema de Transferência Automática da UEMOA);
- Operacionalizar Diplomas transpostos (contabilidade pública);
- Criar Delegacias Regionais do Tesouro;
- Modernizar o Serviço de Pensões e Reformas;
- Nomear contabilistas públicas em todas as entidades públicas à luz das Diretivas da UEMOA (Decreto N° 1/2016);
- Produzir Diplomas para a operacionalização das Diretivas da UEMOA (Decreto N° 1/2016 e N° 4/2016).

Despesas:

Remunerações e salários: as alocações atribuídas a esta rubrica estimam-se em 46,9 mil milhões de FCFA para o ano de 2020. Para os anos seguintes, a situação seria de 47,6 mil

milhões de FCFA para 2021; 48,2 mil milhões de FCFA para 2022 e 48,7 mil milhões de FCFA para 2023. A média anual 2021-2023 se situaria em 48,2 mil milhões de FCFA.

Os ligeiros aumentos, progressivos, estão ligados a contratação de novos ingressos no Ministério da Educação e no da Saúde, promoções em termos de categoria dos efetivos da Função Pública.

Despesas ligadas a aquisição de bens e serviços: são estimadas em 22,6 mil milhões de FCFA para 2020. Serão de 19,0 mil milhões de FCFA em 2021; 19,2 mil milhões de FCFA em 2022 e 20,4 mil milhões de FCFA em 2023. O período de projeção registaria então uma média de 19,5 mil milhões de FCFA.

Despesas de transferências a administração pública: são elevadas para 30,2 mil milhões de FCFA em 2020; 26,2 mil milhões de FCFA em 2021; 26,8 mil milhões de FCFA em 2022 e 27,3 mil milhões de FCFA para o ano de 2023, ou seja, uma média de 26,8 mil milhões de FCFA entre 2021 e 2023.

Despesas de capital com recursos internos: foram estimadas em 2,0 mil milhões de FCFA em 2020 e projetadas para 3,0 mil milhões de FCFA em 2021; 3,5 mil milhões de FCFA em 2022 e 4,0 mil milhões de FCFA em 2023. A média do período 2021 a 2023 se situaria em 3,5 mil milhões.

Despesas de capital com recursos externos: as estimativas são de 51,7 mil milhões de FCFA para 2020. As projeções apontam para 56,7 mil milhões de FCFA em 2021; 62,3 mil milhões de FCFA em 2022 e 55,6 mil milhões de FCFA em 2023. Uma média de 58,2 mil milhões de FCFA.

O saldo global incluindo donativos (base caixa), em consequência dos acima expostos este indicador se situaria em -89,8 mil milhões de FCFA em 2020; -46,0 mil milhões de FCFA em 2021; -30,8 mil milhões de FCFA em 2022 e -22,7 mil milhões de FCFA em 2023.

Quanto ao saldo global excluindo donativos (base caixa), será de -127,3 mil milhões de FCFA; -82,6 mil milhões de FCFA; -74,8 mil milhões de FCFA e de -62,9 mil milhões de FCFA para os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, respetivamente.

III.5. Balança de pagamento

Para o ano de 2020, estima-se um saldo da balança de pagamentos deficitário em torno de 23,9 mil milhões de FCFA contra o saldo de -15,2 mil milhões de FCFA em 2019. Enquanto para os anos de 2021 -2023 o saldo da balança de pagamento situar-se-á em -23,8, -13,1 e 3,9 mil milhões de FCFA, respetivamente. Estes valores encontram explicação no desequilíbrio da conta de transação corrente cujo impacto negativo se fará sentir na balança comercial.

A conta capital registará um ligeiro aumento na ordem de 15,6 mil milhões de FCFA em 2020. Para os anos de 2021-2023, as projeções indicam para 17,7, 18,8 e 19,5 mil milhões de FCFA, respetivamente.

O investimento em carteira acusará um forte excedente de 48,5 mil milhões de FCFA em 2020. As projeções são de 15,5 mil milhões de FCFA em 2021, 15,6 mil milhões de FCFA em 2022 e 16,0 mil milhões de FCFA em 2023.

III.6. Situação monetária

A massa monetária corresponderá a 370,4 mil milhões de FCFA para o ano de 2020. Ela poderá situar-se em 377.3 em 2021, 357.3 em 2022 e 357.4 mil milhões de FCFA em 2023.

A evolução da massa monetária estará alinhada com a evolução dos ativos externos líquidos, passando de 216.9 mil milhões de FCFA em 2020 para se situar em 201.6 mil milhões em 2023, isso, em virtude do aumento do volume e consequente repatriamento de receitas provenientes da exportação da castanha de caju.

O crédito interno seguirá uma tendência de ligeiro aumento, com a probabilidade de se situar em 202,3 mil milhões de FCFA no exercício de 2020. As projeções apontam para os seguintes valores: 206,2 mil milhões de FCFA em 2021, 205,2 e 205,3 para 2022 e 2023, respetivamente. Este aumento está alinhado com o incremento do crédito à economia no valor de 143,8 mil milhões de FCFA em 2021-2022 e, 143,9 mil milhões de FCFA em 2023.

A posição líquida do Governo deverá estabelecer-se em 60,5 mil milhões de FCFA em 2020. Quanto aos anos seguintes, estima-se um ligeiro aumento, isto é, 62,4 mil milhões para o ano de 2021 e 61,4 mil milhões de FCFA para aos dois últimos anos (2022 e 2023).

A circulação fiduciária estimada em 240,2 mil milhões em 2020 deverá atingir 243,1 mil milhões de FCFA em 2021 antes de baixar para 228,3 mil milhões de FCFA para os anos de 2022-2023.

IV. ANÁLISE DE CENÁRIOS ALTERNATIVOS

Conforme anunciado na seção III, foram analisados dois outros cenários alternativos ao de base. Trata-se do cenário otimista e do cenário pessimista. Os pressupostos e os resultados de ambos os cenários se resumem no seguinte:

Cenário de Base:

- A quantidade produzida de caju será de 210,00 mil Toneladas (T) em 2020; de 214,20 mil T em 2021; de 220,95 mil T em 2022 e 226,03 mil T em 2023;

- O preço médio ao produtor será de 250; 350; 350; e 378 FCFA/Kg respetivamente em 2020, 2021, 2022 e 2023;
- A quantidade exportada será de 130,00 mil T; 235,62 mil T; 210,56 mil T e 214,73 mil T, respetivamente em 2020, 2021, 2022 e 2023;
- A base tributaria se situará em 700 USD/T em 2020 e 850 USD/T de 2021 a 2023.
- A produção de cereais é estimada em 257,83; 271,5; 288,13 e 303,50 toneladas, respetivamente em 2020, 2021, 2022 e 2023, explicado, essencialmente, pela pluviosidade abundante por todo o país.

Com esses pressupostos, a taxa de crescimento de situar-se-á em -1,9% em 2020, 4,0% em 2021, 5,8% em 2022 e 3,9% em 2023.

Cenário de otimista:

- Prevê-se as mesmas quantidades produzidas e bases de tributação com o cenário de base;
- As quantidades exportadas se situariam em 157,50 mil T; 224,91 mil T; 209,90 mil T e 214, 73 mil T de 2020 a 2023 toneladas;
- O preço ao produtor é estimado em 351 para 2020; 400 para 2021; 420 para 2021, e 454 FCFA/Kg para 2023;
- Prevê-se, igualmente, um crescimento na produção de cereais. O nível da produção ficaria em 257,83 mil T, 277,60 mil T; 294,55 mil T e 310 24 mil T respetivamente para 2020; 2021; 2022 e 2023.

Assumindo esses pressupostos, as taxas de crescimento do PIB real se situariam em 0,4% em 2020; 3,5% em 2021; 4,9% em 2022 e 4,4% em 2023.

Cenário de pessimista:

- A produção de caju se situaria em 192,38 mil T em 2020; 201,99 mil T em 2021, 208,36 mil T em 2022 e 213,15 mil T em 2023;
- O preço médio ao produtor fixado em 228; 274; 315 e 350 FCFA/Kg respetivamente para 2020; 2021; 2022 e 2023.
- O nível da exportação retida é de 119,08 mil T para 2020; 222,19 mil T para 2021; 198,56 mil T para 2022 e 202,49 mil T para 2023;
- Manter-se-iam inalteradas as bases de tributação em relação aos dois primeiros (base e otimista);

- Admite-se ainda um aumento mais ligeiro da produção de cereais, sendo 252,22 mil T; 265,65 mil T; 279,82 mil T e 294,78 mil T os níveis retidos para respetivamente 2020; 2021; 2022 e 2023.

Com essas considerações, a taxa de crescimento do PIB real é estimada em -4,2% para o ano de 2020 e projetada para 3,1% para o ano de 2021; 5,2% para o ano de 2022 e 4,6% para o ano de 2023.

V. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A elaboração do atual quadro macroeconómico ocorre num contexto particular, caracterizado pelo surgimento da pandemia COVID-19. Esse contexto conjuga vários elementos que acentuam a incerteza e complexidade na formulação das hipóteses e a definição das medidas que sustentam a previsão macroeconómica.

De facto, esta crise, em princípio de saúde, se transformará numa crise económica resultante de três grandes choques na atividade económica:

- As medidas de contenção e mitigação adaptadas pelos países para limitar a propagação da COVID-19 interromperam a produção e reduziram a demanda global;
- A contração do crescimento económico mundial e o aperto das condições financeiras têm um forte impacto sobretudo nos países mais vulneráveis;
- Esses efeitos serão acentuados, em particular para os países da África dependentes dos recursos naturais, pela forte queda nos preços das matérias-primas.

Com essas considerações, as previsões económicas estão sujeitas a uma maior incerteza do que o habitual. Deste modo, sob reserva do disposto no cenário de base - julgado mais provável, espera-se uma contração do PIB real de 1,9% em 2020 contra um crescimento de 4,5% em 2019 e 3,4% em 2018.

O crescimento negativo perspectivado provém do fraco desempenho perspectivado em quase todos os sectores, decorrente dos efeitos nefastos da pandemia COVID-19, as medidas de prevenção em aplicação terão implicações sobre a campanha de comercialização e exportação da castanha de caju, cujas consequências negativas afetará cerca de 80% da população, a arrecadação das receitas para o tesouro público e a balança de transações correntes.

A retoma do crescimento projetada a partir de 2021, permitirá o país voltar gradualmente a normalidade. No entanto, a gravidade da contração em 2020 e a velocidade da recuperação

dependerão de vários fatores, incluindo a robustez do sistema de saúde no país, a eficácia das medidas nacionais de contenção e do apoio prestado pela comunidade internacional.

Para atenuar os efeitos dos riscos, recomenda-se a adoção de seguintes medidas:

- Explorar devidamente as potencialidades do momento em termos de mobilização de recursos, tanto a nível interno (facilidades de empréstimos concedidos pelo BCEAO; emissões de Obrigações e Bilhetes de tesouro) bem como a nível intencional (donativos; empréstimos concessionais ou a taxas moderadas, perdão da dívida; etc.)
- Priorizar as despesas de saúde com vista a conter a epidemia e salvar vidas humanas, independentemente do espaço fiscal e da dívida;
- Fornecer as pessoas mais vulneráveis apoio financeiro sob forma de transferência monetária ou em géneros alimentícios;
- Aplicação do IVA (TVA) UEMOA no âmbito do reforço da mobilização de reforços internos;
- Impulso às atividades geradoras de rendimento através, entre outros, do sector de microfinanças (inclusão financeira). Neste particular, a retoma célere da segunda fase da cooperação com o Fundo de Koweit seria oportuna;
- Aumento e melhoria de abastecimento do mercado com os produtos da primeira necessidade e o reforço da fiscalização dos seus preços
- Adotar medidas que garantam uma recuperação célere da posição orçamental e que garanta a sustentabilidade da dívida pública.

ANEXO

PRODUIT INTERIEUR BRUT, Optique production	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	(mio FCFA courants)							
Secteur primaire	268.195	310.339	254.721	256.529	260.908	296.164	317.475	343.767
Agriculture vivrière	126.267	132.259	143.166	156.925	172.562	185.188	200.074	216.858
Noix de cajou	96.531	128.262	59.223	41.471	24.345	42.514	43.690	50.175
Elevage, chasse	26.459	23.511	24.365	25.855	27.468	28.613	30.059	31.426
Sylviculture et exploitation forestière	3.990	3.602	2.663	3.929	4.565	4.537	4.615	4.703
Pêche et aquaculture	14.948	22.705	25.304	28.348	31.969	35.312	39.037	40.604
Secteur secondaire	88.708	99.916	96.279	104.642	109.242	109.207	119.768	126.074
Activites extractives	3.010	3.109	3.131	3.172	3.096	3.230	3.464	3.654
Agroalimentaire	41.441	46.939	46.403	51.288	51.302	51.129	55.924	58.902
Autres industries	22.424	22.540	19.705	22.346	23.181	23.781	26.635	28.856
Electricité - Eau - Assainissement	8.308	9.688	12.095	11.119	13.079	13.058	13.739	13.935
Construction	13.525	17.640	14.945	16.718	18.583	18.009	20.006	20.726
Secteur tertiaire	335.173	384.810	430.581	435.693	393.870	427.913	429.689	447.471
Commerce et réparation	128.495	146.266	176.175	151.824	120.244	147.960	139.295	147.909
Transport et entreposage	37.339	39.054	38.343	38.179	31.176	33.595	35.745	37.816
Information et communication	23.341	24.541	24.495	27.668	24.332	26.313	27.270	28.766
Services Financiers et assurances	14.430	18.159	18.611	19.101	17.318	19.214	19.893	20.897
Autres services	50.257	57.125	63.937	65.030	62.621	60.582	65.694	68.731
Services d'administration publique	81.311	99.665	109.020	133.891	138.178	140.249	141.792	143.352
Total de la valeur ajoutée	692.076	795.065	781.581	796.864	764.020	833.283	866.932	917.312
Impôts et taxes nets sur les produits	45.762	58.488	54.427	53.461	36.035	49.957	54.018	60.759
Produit Interieur Brut	737.838	853.553	836.008	850.325	800.055	883.240	920.950	978.071
Rémunération des salariés	116.636	121.933	130.523	148.752	147.577	152.501	157.870	163.086
Excédent brut d'exploitation / revenus mixtes	568.871	667.111	642.772	640.922	610.108	673.609	701.827	746.553
Revenus mixtes des ménages	452.281	499.504	471.163	460.128	441.285	493.001	518.871	556.529
EBE des sociétés	94.553	130.245	130.746	130.606	117.030	128.037	129.807	136.290
EBE des administrations publiques	22.037	37.362	40.864	50.188	51.794	52.571	53.149	53.734
Salaires secteurs secondaire et tertiaire privés	49.639	51.980	54.789	56.833	52.644	55.798	59.676	63.458
EBE secteurs secondaire et tertiaire privés	283.456	324.006	351.744	339.347	302.972	330.783	337.413	355.535

Poids des branches dans le PIB (prix courants), en %	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	(variação em %)							
Secteur primaire	36,3%	36,4%	30,5%	30,2%	32,6%	33,5%	34,5%	35,1%
Agriculture vivrière	17,1%	15,5%	17,1%	18,5%	21,6%	21,0%	21,7%	22,2%
Noix de cajou	13,1%	15,0%	7,1%	4,9%	3,0%	4,8%	4,7%	5,1%
Elevage, chasse	3,6%	2,8%	2,9%	3,0%	3,4%	3,2%	3,3%	3,2%
Sylviculture et exploitation forestière	0,5%	0,4%	0,3%	0,5%	0,6%	0,5%	0,5%	0,5%
Pêche et aquaculture	2,0%	2,7%	3,0%	3,3%	4,0%	4,0%	4,2%	4,2%
Secteur secondaire	12,0%	11,7%	11,5%	12,3%	13,7%	12,4%	13,0%	12,9%
Activites extractives	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Agroalimentaire	5,6%	5,5%	5,6%	6,0%	6,4%	5,8%	6,1%	6,0%
Autres industries	3,0%	2,6%	2,4%	2,6%	2,9%	2,7%	2,9%	3,0%
Electricité - Eau - Assainissement	1,1%	1,1%	1,4%	1,3%	1,6%	1,5%	1,5%	1,4%
Construction	1,8%	2,1%	1,8%	2,0%	2,3%	2,0%	2,2%	2,1%
Secteur tertiaire	45,4%	45,1%	51,5%	51,2%	49,2%	48,4%	46,7%	45,8%
Commerce et réparation	17,4%	17,1%	21,1%	17,9%	15,0%	16,8%	15,1%	15,1%
Transport et entreposage	5,1%	4,6%	4,6%	4,5%	3,9%	3,8%	3,9%	3,9%
Information et communication	3,2%	2,9%	2,9%	3,3%	3,0%	3,0%	3,0%	2,9%
Services Financiers et assurances	2,0%	2,1%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,1%
Autres services	6,8%	6,7%	7,6%	7,6%	7,8%	6,9%	7,1%	7,0%
Services d'administration publique	11,0%	11,7%	13,0%	15,7%	17,3%	15,9%	15,4%	14,7%
Total de la valeur ajoutée	93,8%	93,1%	93,5%	93,7%	95,5%	94,3%	94,1%	93,8%
Impôts et taxes nets sur les produits	6,2%	6,9%	6,5%	6,3%	4,5%	5,7%	5,9%	6,2%
Produit Interieur Brut	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE e CEM.

PIB, optique de la production	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
(em mio FCFA constants 2015)								
Secteur primaire	254.856	264.742	268.072	287.148	302.591	315.571	330.097	344.205
Agriculture vivrière	114.691	120.980	129.010	138.454	148.551	156.905	166.436	177.276
Noix de cajou	93.038	96.240	88.732	97.126	100.723	102.737	105.973	108.411
Elevage, chasse	27.415	25.295	25.965	26.601	27.255	27.926	28.473	29.106
Sylviculture et exploitation forestière	5.603	4.613	5.178	4.903	5.002	5.061	5.133	5.206
Pêche et aquaculture	14.109	17.615	19.186	20.063	21.061	22.941	24.082	24.206
Secteur secondaire	88.910	96.208	100.053	102.479	96.513	96.538	101.538	104.063
Activites extractives	2.821	2.886	2.960	2.950	2.781	2.878	3.010	3.119
Agroalimentaire	39.884	40.127	41.290	43.355	41.051	41.126	43.540	45.200
Autres industries	23.195	24.361	25.116	25.869	23.706	22.842	23.476	23.529
Electricité - Eau - Assainissement	8.152	8.212	8.655	9.227	9.688	10.172	10.274	10.377
Construction	14.858	20.623	22.031	21.078	19.286	19.520	21.238	21.837
Secteur tertiaire	328.788	346.717	360.601	376.047	361.337	375.519	391.447	407.469
Commerce et réparation	123.031	125.959	118.677	120.726	118.716	128.268	137.993	147.567
Transport et entreposage	35.911	37.414	38.424	40.154	38.776	42.583	43.520	45.305
Information et communication	25.494	26.949	28.108	28.670	24.213	26.281	27.034	28.352
Services Financiers et assurances	14.408	17.080	17.746	18.101	16.051	17.561	17.882	18.486
Autres services	74.422	83.429	95.943	96.903	90.788	87.890	93.380	96.833
Services d'administration publique	55.522	55.887	61.702	71.494	72.793	72.937	71.638	70.926
Total de la valeur ajoutée	672.554	707.668	728.726	765.674	760.440	787.628	823.082	855.736
Impôts et taxes nets sur les produits	45.762	44.469	48.668	46.678	36.476	41.402	44.323	49.064
Produit Interieur Brut	718.316	752.137	777.394	812.351	796.916	829.030	867.406	904.800

Taux de croissance réel du PIB (prix constants 2015)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
(variação em %)								
Secteur primaire	6,4%	3,9%	1,3%	7,1%	5,4%	4,3%	4,6%	4,3%
Agriculture vivrière	5,4%	5,5%	6,6%	7,3%	7,3%	5,6%	6,1%	6,5%
Noix de cajou	6,5%	3,4%	-7,8%	9,5%	3,7%	2,0%	3,2%	2,3%
Elevage, chasse	12,5%	-7,7%	2,7%	2,4%	2,5%	2,5%	2,0%	2,2%
Sylviculture et exploitation forestière	1,6%	-17,7%	12,3%	-5,3%	2,0%	1,2%	1,4%	1,4%
Pêche et aquaculture	5,4%	24,8%	8,9%	4,6%	5,0%	8,9%	5,0%	0,5%
Secteur secondaire	1,0%	8,2%	4,0%	2,4%	-5,8%	0,0%	5,2%	2,5%
Activites extractives	4,1%	2,3%	2,6%	-0,3%	-5,7%	3,5%	4,6%	3,6%
Agroalimentaire	6,4%	0,6%	2,9%	5,0%	-5,3%	0,2%	5,9%	3,8%
Autres industries	1,4%	5,0%	3,1%	3,0%	-8,4%	-3,6%	2,8%	0,2%
Electricité - Eau - Assainissement	-5,0%	0,7%	5,4%	6,6%	5,0%	5,0%	1,0%	1,0%
Construction	-9,5%	38,8%	6,8%	-4,3%	-8,5%	1,2%	8,8%	2,8%
Secteur tertiaire	7,0%	5,5%	4,0%	4,3%	-3,9%	3,9%	4,2%	4,1%
Commerce et réparation	1,0%	2,4%	-5,8%	1,7%	-1,7%	8,0%	7,6%	6,9%
Transport et entreposage	6,2%	4,2%	2,7%	4,5%	-3,4%	9,8%	2,2%	4,1%
Information et communication	-12,1%	5,7%	4,3%	2,0%	-15,5%	8,5%	2,9%	4,9%
Services Financiers et assurances	167,1%	18,5%	3,9%	2,0%	-11,3%	9,4%	1,8%	3,4%
Autres services	15,4%	12,1%	15,0%	1,0%	-6,3%	-3,2%	6,2%	3,7%
Services d'administration publique	5,1%	0,7%	10,4%	15,9%	1,8%	0,2%	-1,8%	-1,0%
Total de la valeur ajoutée	5,9%	5,2%	3,0%	5,1%	-0,7%	3,6%	4,5%	4,0%
Impôts et taxes nets sur les produits	-1,3%	-2,8%	9,4%	-4,1%	-21,9%	13,5%	7,1%	10,7%
Produit Interieur Brut	5,4%	4,7%	3,4%	4,5%	-1,9%	4,0%	4,6%	4,3%

Poids VA au prix de 2015 (en %)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Secteur primaire	35,5%	35,2%	34,5%	35,3%	38,0%	38,1%	38,1%	38,0%
Agriculture vivrière	16,0%	16,1%	16,6%	17,0%	18,6%	18,9%	19,2%	19,6%
Noix de cajou	13,0%	12,8%	11,4%	12,0%	12,6%	12,4%	12,2%	12,0%
Elevage, chasse	3,8%	3,4%	3,3%	3,3%	3,4%	3,4%	3,3%	3,2%
Sylviculture et exploitation forestière	0,8%	0,6%	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%
Pêche et aquaculture	2,0%	2,3%	2,5%	2,5%	2,6%	2,8%	2,8%	2,7%
Secteur secondaire	12,4%	12,8%	12,9%	12,6%	12,1%	11,6%	11,7%	11,5%
Activites extractives	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
Agroalimentaire	5,6%	5,3%	5,3%	5,3%	5,2%	5,0%	5,0%	5,0%
Autres industries	3,2%	3,2%	3,2%	3,2%	3,0%	2,8%	2,7%	2,6%
Electricité - Eau - Assainissement	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,2%	1,2%	1,2%	1,1%
Construction	2,1%	2,7%	2,8%	2,6%	2,4%	2,4%	2,4%	2,4%
Secteur tertiaire	45,8%	46,1%	46,4%	46,3%	45,3%	45,3%	45,1%	45,0%
Commerce et réparation	17,1%	16,7%	15,3%	14,9%	14,9%	15,5%	15,9%	16,3%
Transport et entreposage	5,0%	5,0%	4,9%	4,9%	4,9%	5,1%	5,0%	5,0%
Information et communication	3,5%	3,6%	3,6%	3,5%	3,0%	3,2%	3,1%	3,1%
Services Financiers et assurances	2,0%	2,3%	2,3%	2,2%	2,0%	2,1%	2,1%	2,0%
Autres services	10,4%	11,1%	12,3%	11,9%	11,4%	10,6%	10,8%	10,7%
Services d'administration publique	7,7%	7,4%	7,9%	8,8%	9,1%	8,8%	8,3%	7,8%
Total de la valeur ajoutée	93,6%	94,1%	93,7%	94,3%	95,4%	95,0%	94,9%	94,6%
Impôts et taxes nets sur les produits	6,4%	5,9%	6,3%	5,7%	4,6%	5,0%	5,1%	5,4%
Produit Interieur Brut	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: INE e CEM.

Contribution a la croissance	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Secteur primaire	2,25	1,38	0,44	2,45	1,90	1,63	1,75	1,63
Agriculture vivrière	0,86	0,88	1,07	1,21	1,24	1,05	1,15	1,25
Noix de cajou	0,83	0,45	-1,00	1,08	0,44	0,25	0,39	0,28
Elevage, chasse	0,45	-0,30	0,09	0,08	0,08	0,08	0,07	0,07
Sylviculture et exploitation forestière	0,01	-0,14	0,08	-0,04	0,01	0,01	0,01	0,01
Pêche et aquaculture	0,11	0,49	0,21	0,11	0,12	0,24	0,14	0,01
Secteur secondaire	0,12	1,02	0,51	0,31	-0,73	0,00	0,60	0,29
Activites extractives	0,02	0,01	0,01	0,00	-0,02	0,01	0,02	0,01
Agroalimentaire	0,35	0,03	0,15	0,27	-0,28	0,01	0,29	0,19
Autres industries	0,05	0,16	0,10	0,10	-0,27	-0,11	0,08	0,01
Electricité - Eau - Assainissement	-0,06	0,01	0,06	0,07	0,06	0,06	0,01	0,01
Construction	-0,23	0,80	0,19	-0,12	-0,22	0,03	0,21	0,07
Secteur tertiaire	3,15	2,50	1,85	1,99	-1,81	1,78	1,92	1,85
Commerce et réparation	0,17	0,41	-0,97	0,26	-0,25	1,20	1,17	1,10
Transport et entreposage	0,31	0,21	0,13	0,22	-0,17	0,48	0,11	0,21
Information et communication	-0,51	0,20	0,15	0,07	-0,55	0,26	0,09	0,15
Services Financiers et assurances	1,32	0,37	0,09	0,05	-0,25	0,19	0,04	0,07
Autres services	1,46	1,25	1,66	0,12	-0,75	-0,36	0,66	0,40
Services d'administration publique	0,40	0,05	0,77	1,26	0,16	0,02	-0,16	-0,08
Total de la valeur ajoutée	5,52	4,89	2,80	4,75	-0,64	3,41	4,28	3,76
Impôts et taxes nets sur les produits	-0,09	-0,18	0,56	-0,26	-1,26	0,62	0,35	0,55
Produit Interieur Brut	5,43	4,71	3,36	4,50	-1,90	4,03	4,63	4,31

Deflateurs du PIB par branche	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	(variação em %)							
Secteur primaire	5,2%	11,4%	-18,9%	-6,0%	-3,5%	8,8%	2,5%	3,8%
Agriculture vivrière	8,2%	-0,7%	1,5%	2,1%	2,5%	1,6%	1,9%	1,8%
Noix de cajou	3,8%	28,5%	-49,9%	-36,0%	-43,4%	71,2%	-0,4%	12,3%
Elevage, chasse	4,8%	-3,7%	1,0%	3,6%	3,7%	1,7%	3,0%	2,3%
Sylviculture et exploitation forestière	-28,8%	9,6%	-34,1%	55,8%	13,9%	-1,8%	0,3%	0,5%
Pêche et aquaculture	5,9%	21,7%	2,3%	7,1%	7,4%	1,4%	5,3%	3,5%
Secteur secondaire	-0,2%	4,1%	-7,3%	6,1%	10,8%	-0,1%	4,3%	2,7%
Activites extractives	6,7%	1,0%	-1,8%	1,7%	3,5%	0,8%	2,6%	1,8%
Agroalimentaire	3,9%	12,6%	-3,9%	5,3%	5,6%	-0,5%	3,3%	1,5%
Autres industries	-3,3%	-4,3%	-15,2%	10,1%	13,2%	6,5%	9,0%	8,1%
Electricité - Eau - Assainissement	1,9%	15,8%	18,5%	-13,8%	12,0%	-4,9%	4,2%	0,4%
Construction	-9,0%	-6,0%	-20,7%	16,9%	21,5%	-4,3%	2,1%	0,8%
Secteur tertiaire	1,9%	8,9%	7,6%	-3,0%	-5,9%	4,5%	-3,7%	0,0%
Commerce et réparation	4,4%	11,2%	27,8%	-15,3%	-19,5%	13,9%	-12,5%	-0,7%
Transport et entreposage	4,0%	0,4%	-4,4%	-4,7%	-15,4%	-1,9%	4,1%	1,6%
Information et communication	-8,4%	-0,5%	-4,3%	10,7%	4,1%	-0,4%	0,8%	0,6%
Services Financiers et assurances	0,2%	6,2%	-1,4%	0,6%	2,2%	1,4%	1,7%	1,6%
Autres services marchands	2,7%	1,4%	-2,7%	0,7%	2,8%	-0,1%	2,1%	0,9%
Services d'administration publique	3,2%	21,8%	-0,9%	6,0%	1,4%	1,3%	2,9%	2,1%
Total de la valeur ajoutée	2,9%	9,2%	-4,5%	-3,0%	-3,5%	5,3%	-0,4%	1,8%
Impôts et taxes nets sur les produits	0,0%	31,5%	-15,0%	2,4%	-13,7%	22,1%	1,0%	1,6%
Produit Interieur Brut	2,7%	10,5%	-5,2%	-2,7%	-4,1%	6,1%	-0,3%	1,8%

Produit Interieur brut, optique dépenses	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	(en mio FCFA courants)							
Produit Interieur Brut	737.838	853.553	812.151	849.419	800.055	883.240	920.950	978.071
Consommation finale	653.874	731.702	732.635	781.746	795.852	837.690	857.590	904.833
Menages	532.084	588.913	583.680	607.416	606.297	653.483	671.324	714.575
Autoconsommation	69.525	81.172	85.785	87.238	88.399	93.707	95.421	99.358
Commercialisee	462.559	507.741	497.894	520.179	517.898	559.776	575.903	615.217
Administrations publiques	121.790	142.789	148.955	174.330	189.555	184.206	186.267	190.258
Investissement	133.777	154.670	121.128	129.550	170.811	141.111	193.614	214.834
Formation brute de capital fixe	132.597	153.457	169.723	167.742	156.662	155.587	174.221	180.520
Privée	73.211	91.942	104.967	125.761	117.970	109.631	119.968	122.791
Publique	59.386	61.515	64.756	41.982	38.691	45.956	54.254	57.730
Variation des stocks	1.180	1.213	-48.595	-38.192	14.150	-14.476	19.392	34.314
Exportations nettes	-49.813	-32.819	-41.612	-61.877	-166.608	-95.560	-130.254	-141.596
Exportations	175.419	226.485	222.943	204.895	91.897	168.913	152.603	157.256
Biens	149.117	191.379	191.443	162.815	81.397	152.113	133.203	136.846
Services	26.302	35.106	31.500	42.080	10.500	16.800	19.400	20.410
Importations	225.232	259.304	264.554	266.772	258.505	264.473	282.857	298.852
Biens	197.762	202.095	203.293	207.186	212.607	214.957	231.562	244.273
Services	27.470	57.209	61.262	59.585	45.898	49.516	51.295	54.579

Fonte: INE e CEM.

Produit Interieur brut, optique des depenses, aux prix de 2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Produit Interieur Brut	717.457	773.173	777.394	812.351	796.916	829.030	867.406	904.800
Consommation finale	643.143	683.714	669.540	722.749	754.270	762.909	782.111	810.077
Menages	522.037	557.853	539.544	576.267	595.070	611.206	631.691	659.418
Autoconsommation	68.213	76.891	78.583	80.312	82.079	83.885	85.731	87.617
Commercialisee	453.824	480.962	460.961	495.955	512.991	527.321	545.960	571.801
Administrations publiques	121.106	125.861	129.996	146.483	159.200	151.703	150.420	150.659
Investissement	122.425	149.393	109.058	88.362	147.755	109.418	163.429	185.067
Formation brute de capital fixe	121.054	148.181	152.973	155.707	150.657	146.643	158.925	161.436
Privee	66.838	88.781	87.734	93.879	93.072	86.194	96.879	97.874
Publique	54.216	59.400	65.238	61.828	57.585	60.449	62.046	63.563
Variation des stocks	1.371	1.212	-43.914	-67.345	-2.902	-37.225	4.504	23.630
Exportations nettes	-48.111	-59.934	-1.204	1.240	-105.109	-43.297	-78.134	-90.344
Exportations	172.019	183.014	239.639	243.687	133.393	195.701	173.144	170.219
Biens	145.914	157.305	216.657	212.914	125.549	183.301	159.005	155.530
Services	26.105	25.709	22.983	30.773	7.845	12.400	14.139	14.689
Importations	220.130	242.948	240.843	242.447	238.502	238.998	251.279	260.563
Biens	192.450	199.153	194.866	197.802	204.453	202.629	213.976	221.265
Services	27.680	43.795	45.978	44.645	34.049	36.369	37.303	39.298

Taux de croissance réelle des emplois du PIB, (prix constants 2015)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Produit Interieur Brut	5,3%	7,8%	0,5%	4,5%	-1,9%	4,0%	4,6%	4,3%
Consommation finale	5,7%	6,3%	-2,1%	7,9%	4,4%	1,1%	2,5%	3,6%
Menages	5,2%	6,9%	-3,3%	6,8%	3,3%	2,7%	3,4%	4,4%
Autoconsommation	3,1%	12,7%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%
Commercialisee	5,5%	6,0%	-4,2%	7,6%	3,4%	2,8%	3,5%	4,7%
Administrations publiques	8,1%	3,9%	3,3%	12,7%	8,7%	-4,7%	-0,8%	0,2%
Investissement	20,0%	22,0%	-27,0%	-19,0%	67,2%	-25,9%	49,4%	13,2%
Formation brute de capital fixe	9,7%	22,4%	3,2%	1,8%	-3,2%	-2,7%	8,4%	1,6%
Privee	58,0%	32,8%	-1,2%	7,0%	-0,9%	-7,4%	12,4%	1,0%
Publique	57,6%	9,6%	9,8%	-5,2%	-6,9%	5,0%	2,6%	2,4%
Variation des stocks	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Exportations nettes	-65,1%	-24,6%	98,0%	-203,0%	8574,1%	58,8%	-80,5%	-15,6%
Exportations	0,8%	6,4%	30,9%	1,7%	-45,3%	46,7%	-11,5%	-1,7%
Biens	-2,4%	7,8%	37,7%	-1,7%	-41,0%	46,0%	-13,3%	-2,2%
Services	23,2%	-1,5%	-10,6%	33,9%	-74,5%	58,1%	14,0%	3,9%
Importations	10,2%	10,4%	-0,9%	0,7%	-1,6%	0,2%	5,1%	3,7%
Biens	8,7%	3,5%	-2,2%	1,5%	3,4%	-0,9%	5,6%	3,4%
Services	21,3%	58,2%	5,0%	-2,9%	-23,7%	6,8%	2,6%	5,3%

Poids des emplois du PIB aux prix de 2005	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Produit Interieur Brut	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Consommation finale	89,6%	88,4%	86,1%	89,0%	94,6%	92,0%	90,2%	89,5%
Menages	72,8%	72,2%	69,4%	70,9%	74,7%	73,7%	72,8%	72,9%
Autoconsommation	9,5%	9,9%	10,1%	9,9%	10,3%	10,1%	9,9%	9,7%
Commercialisee	63,3%	62,2%	59,3%	61,1%	64,4%	63,6%	62,9%	63,2%
Administrations publiques	16,9%	16,3%	16,7%	18,0%	20,0%	18,3%	17,3%	16,7%
Investissement	17,1%	19,3%	14,0%	10,9%	18,5%	13,2%	18,8%	20,5%
Formation brute de capital fixe	16,9%	19,2%	19,7%	19,2%	18,9%	17,7%	18,3%	17,8%
Privee	9,3%	11,5%	11,3%	11,6%	11,7%	10,4%	11,2%	10,8%
Publique	7,6%	7,7%	8,4%	7,6%	7,2%	7,3%	7,2%	7,0%
Variation des stocks	0,2%	0,2%	-5,6%	-8,3%	-0,4%	-4,5%	0,5%	2,6%
Exportations nettes	-6,7%	-7,8%	-0,2%	0,2%	-13,2%	-5,2%	-9,0%	-10,0%
Exportations	24,0%	23,7%	30,8%	30,0%	16,7%	23,6%	20,0%	18,8%
Biens	20,3%	20,3%	27,9%	26,2%	15,8%	22,1%	18,3%	17,2%
Services	3,6%	3,3%	3,0%	3,8%	1,0%	1,5%	1,6%	1,6%
Importations	30,7%	31,4%	31,0%	29,8%	29,9%	28,8%	29,0%	28,8%
Biens	26,8%	25,8%	25,1%	24,3%	25,7%	24,4%	24,7%	24,5%
Services	3,9%	5,7%	5,9%	5,5%	4,3%	4,4%	4,3%	4,3%

Fonte: INE e CEM.

AGREGATS DE MONNAIE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Encours en milliards de FCFA								
<i>Monnaie au sens large et ses composantes</i>								
Circulation fiduciaire	224,1	227,1	234,9	235,3	240,2	241,3	228,3	228,3
Billets et monnaies mis en circulation	227,1	233,5	239,0	242,6	246,6	248,6	235,6	235,6
Encaisses des banques (à déduire)	2,9	6,3	4,1	7,3	6,4	7,3	7,3	7,3
Encaisses des Trésors (à déduire)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dépôts transférables	80,0	78,3	84,2	74,3	85,7	83,5	76,5	76,6
BCEAO	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
Banques	79,8	78,2	84,0	74,1	85,5	83,3	76,3	76,3
CCP et CNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
M1	304,1	305,5	319,1	309,6	325,9	324,8	304,8	304,8
Autres dépôts inclus dans la masse monétaire (1)	30,6	38,7	45,9	56,4	44,5	52,5	52,5	52,5
BCEAO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AID	30,6	38,7	45,9	56,4	44,5	52,5	52,5	52,5
Masse monétaire (M2)	334,7	344,2	365,0	366,0	370,4	377,3	357,3	357,4
<i>Contreparties de la masse monétaire</i>								
Actifs extérieurs nets	202,2	226,2	233,7	217,5	216,9	220,4	201,6	201,6
BCEAO	153,1	176,2	169,8	182,4	184,0	187,5	168,7	168,7
Banques	49,1	50,0	64,0	35,1	32,9	32,9	32,9	32,9
Créances intérieures	167,6	225,5	173,0	197,8	202,3	206,2	205,2	205,3
Créances nettes sur l'Administration Centrale	111,3	125,1	70,0	58,9	60,5	62,4	61,4	61,4
BCEAO	37,7	36,7	43,8	42,7	43,0	44,0	39,0	39,0
Banques	73,7	84,6	26,2	16,2	17,5	18,4	22,4	22,4
Créances sur l'économie	56,2	100,4	103,0	138,9	141,8	143,8	143,8	143,9
BCEAO	3,0	3,2	4,1	4,6	4,6	4,5	4,5	4,5
Banques	53,2	97,2	99,0	134,3	137,2	139,3	139,3	139,3
Passifs à caractère non monétaire (2)	28,3	13,5	19,5	25,7	21,6	22,7	22,7	22,7
Actions et autres participations dans les ID	24,4	7,1	11,7	16,1	14,2	14,5	14,5	14,5
BCEAO	-1,2	-1,2	-0,9	-0,1	-0,4	-0,5	-0,5	-0,5
Banques	25,5	8,3	12,6	16,2	14,6	15,0	15,0	15,0
Engagements non monétaires des ID	4,0	6,4	7,9	9,6	7,4	8,2	8,2	8,2
Dépôts exclus de M2	2,9	4,7	6,5	7,7	5,9	6,7	6,7	6,7
Emprunts	1,1	1,7	1,3	1,9	1,5	1,5	1,5	1,5
Titres autres q'actions exclus de M2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres postes nets (3)	6,7	30,7	22,2	23,6	27,2	26,8	26,8	26,8
dont contrepartie des dépôts auprès des CCP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total des contreparties de M2 (4)	334,8	407,5	365,0	366,0	370,4	377,1	357,3	357,4

Fonte: INE, BCEAO e CEM.

OPERATIONS FINANCIERES DE L'ETAT	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
	(EN MILLIARDS DE FCFA)							
RECETTES ET DONS	112,2	143,7	128,6	130,1	122,8	147,6	169,0	175,5
RECETTES	84,6	100,8	98,3	105,6	85,3	111,0	125,1	135,4
Recettes fiscales	63,5	81,3	77,6	79,1	59,1	83,3	92,5	103,1
Impôts sur le revenu, les bénéfices et les gains en capital	14,7	18,2	20,2	22,8	19,1	25,7	27,7	31,0
A la charge des personnes physiques	4,9	4,9	8,7	9,7	7,5	10,2	12,5	15,1
Revenus salariaux	4,8	4,7	6,5	8,6	7,5	8,7	11,0	13,6
Função Publica	2,2	2,4	3,0	4,6	4,7	4,8	6,3	7,3
Outros	2,5	2,3	3,5	4,1	2,8	3,9	4,8	6,3
Autres revenus	0,2	0,2	2,1	1,1	0,0	1,5	1,5	1,5
A la charge des sociétés et autres entreprises	9,8	13,3	11,5	13,2	11,6	15,6	15,2	15,8
A la charge des sociétés et autres entreprises	6,5	9,9	8,6	9,9	8,9	9,7	9,9	10,5
A la charge des opérateurs des activités de noix de cajou	3,3	3,4	2,9	3,3	2,7	5,9	5,2	5,3
Impôts sur les salaires et la main-d'oeuvre	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impôts sur le patrimoine	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Impôts sur les biens et services	24,8	33,6	30,4	30,1	21,8	31,2	32,8	34,5
Impôts généraux sur les biens et services (ICA, TVA, etc.)	23,4	32,1	29,1	30,1	21,8	31,2	32,8	34,5
sur biens importés	17,2	23,7	21,2	19,3	11,1	16,5	17,8	18,7
sur biens locaux	7,5	9,8	9,1	10,7	10,6	14,7	15,0	15,8
Taxes sur les télécommunications	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres taxes intérieures sur les produits	1,4	1,5	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Impôts sur commerce extérieur et transactions internationales	19,0	24,8	22,7	19,3	14,3	18,8	21,2	26,2
Droits de douane et autres droits à l'importation	10,7	15,4	13,0	11,0	10,8	11,2	13,4	17,9
Taxes sur le riz arroz	1,0	2,4	1,7	1,7	1,6	1,8	1,9	1,8
Taxes sur les produits pétroliers	1,1	1,1	1,4	1,1	0,8	1,0	1,1	1,2
Autres importations	9,3	12,9	10,7	8,2	8,4	8,3	10,5	15,0
Taxes à l'exportation	8,3	9,4	9,7	8,3	3,5	7,6	7,7	8,3
sur les noix de cajou	6,6	6,8	5,9	6,5	3,2	7,0	6,3	6,4
sur autres produits	1,7	2,6	3,8	1,8	0,3	0,6	1,4	1,9
Autres recettes fiscales	4,9	4,7	4,1	6,9	4,0	7,5	10,7	11,4
Cotisations sociales	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dons	27,6	42,8	30,3	24,5	37,5	36,6	44,0	40,2
Projets	27,4	40,1	30,3	22,6	34,6	36,6	39,0	35,2
Programmes (Aides budgétaires)	0,3	2,8	0,0	1,9	2,9	0,0	5,0	5,0
Autres recettes (recettes non fiscales)	21,1	19,5	20,7	26,5	26,2	27,8	32,6	32,3
Revenu de la propriété	2,0	6,0	5,6	5,7	4,5	4,6	6,3	6,3
Licences de pêche	6,8	7,0	4,7	4,3	4,3	4,4	6,5	7,0
Compensation pêche (CEE)	5,4	0,6	0,0	8,9	8,9	8,9	8,9	8,9
Autres recettes de Pêche	0,0	0,0	0,0	2,1	2,1	2,2	2,3	2,4
Licences de Télécommunication	1,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres (Ventes de biens et services, Amendes, etc.)	5,9	5,9	10,2	5,4	4,9	5,2	6,4	5,5
FUNPI (prélèvement sur noix de cajou)	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5	2,5	2,1	2,2
CHARGES (DEPENSES COURANTES)	99,9	100,4	105,4	126,9	159,0	134,0	135,0	138,6
Rémunération des salariés (en nature et en espèces)	31,5	33,8	37,0	45,5	46,9	47,6	48,2	48,7
Utilisation de biens et services	12,0	20,6	20,0	17,4	22,6	19,0	19,2	20,4
Consommation de capital fixe	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Intérêt dû	4,8	5,2	4,9	7,8	14,0	14,9	14,1	15,0
Aux residents	3,1	2,9	2,8	4,7	8,3	8,9	9,5	10,2
Aux non-residents	1,7	2,2	2,1	3,1	5,6	6,0	4,5	4,7
Subvention (transfers a entreprises)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Dons (transfers a administration publique ou organisations internationaux)	31,6	24,0	26,1	33,5	30,2	26,2	26,8	27,3
Prestation Sociale	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres dépenses	20,0	16,8	17,4	22,7	45,3	26,2	26,8	27,3
Solde brut de gestion	12,3	43,3	23,1	3,2	-36,1	13,6	34,0	36,9
Solde net de gestion	12,3	43,3	23,1	3,2	-36,1	13,6	34,0	36,9
ACQUISITION NETTE D'ACTIFS NON FINANCIERS (DEPENSES EN CAPITAL)	42,5	54,9	58,9	38,2	53,7	59,7	65,8	59,6
Actifs fixes	42,5	54,9	58,9	38,2	53,7	59,7	65,8	59,6
sur ressources intérieures	1,6	2,2	2,1	1,8	2,0	3,0	3,5	4,0
sur ressources extérieures	40,9	52,7	56,8	36,4	51,7	56,7	62,3	55,6
Autres(Variation de stock ; objet de valeur actifs non produit)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SOLDE GLOBAL (base engagement) (hors dons)	-57,8	-54,5	-66,0	-59,5	-127,3	-82,6	-75,7	-62,9
SOLDE GLOBAL (base engagement) (y compris dons)	-30,2	-11,6	-35,7	-35,0	-89,8	-46,0	-31,8	-22,7
SOLDE PRIMAIRE DE BASE	-12,1	3,4	-4,4	-15,3	-61,6	-11,0	0,6	7,7
AJUSTEMENT BASE CAISSE	-6,1	0,0	0,6	11,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Variations des arriérés de paiement (réduc. = -)	-6,1	0,0	0,6	11,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Sur dette intérieure	-6,1	0,0	0,6	10,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Dépenses engagées non payées	-6,1	0,0	0,6	11,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Intérêts	0,0	0,0	0,0	-1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
Sur dette extérieure (intérêts)	0,0	0,0	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0
SOLDE GLOBAL (base caisse) (hors dons)	-63,9	-54,5	-65,4	-47,9	-127,3	-82,6	-75,7	-62,9
SOLDE GLOBAL (base caisse) (y compris dons)	-36,3	-11,6	-35,1	-23,4	-89,8	-46,0	-31,8	-22,7

Fonte: INE, BCEAO e CEM.

TRANSACTIONS SUR ACTIFS FINANCIERS ET

PASSIFS (FINANCEMENT)	36,3	11,6	35,1	23,4	89,8	46,0	31,8	22,7
acquisition net d'actifs financiers	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
interieur(y compris recettes de privatisation)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
exterieur	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
or monetaire et DTS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Acumulation Net du passif	38,5	45,9	41,1	20,4	89,8	46,0	30,8	22,7
Creancier interieur (Financement interieur net)	26,5	13,8	16,6	9,3	77,1	46,0	17,5	10,2
Financement bancaire (net)	26,5	13,8	16,6	9,3	77,1	46,0	17,5	10,2
BCEAO hors FMI (net)	5,2	-1,0	5,3	0,0	5,3	5,3	5,3	5,3
FMI (net)	3,5	3,8	1,3	-1,3	4,1	3,0	3,0	3,0
Banques commerciales (net)	17,8	10,9	9,9	10,6	67,7	37,7	9,2	1,9
Financement non bancaire (net)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferts en provenance des entreprises publiques	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Variation des arriérés de paiement sur la dette intérieure (net)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres financements intérieurs (net)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Creancier exterieur (Financement exterieur NET)	12,0	32,2	24,6	11,0	12,7	0,0	13,3	12,5
Tirages	13,5	12,7	26,5	13,8	17,1	20,1	23,3	20,5
Prêts Projets	13,5	12,7	26,5	13,8	17,1	20,1	23,3	20,5
Prêts Programmes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres tirages	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortissement dû	-1,5	-2,5	-1,9	-3,7	-4,4	-20,1	-10,0	-8,0
Variation des arriérés de paiement extérieurs	0,0	-3,1	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Allègement, rééchelonnement obtenu de la Dette	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres financements extérieurs (net)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AJUSTEMENT STATISTIQUE	-2,3	-34,3	-6,0	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Fonds en route (différence du champ de la PNG)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Erreurs et omissions	-2,3	-34,3	-6,0	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Gap à financer (en projection)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0

OPERATIONS FINANCIERES DE L'ETAT EN % DU PIB

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
RECETTES ET DONS	15,2%	16,8%	15,4%	15,3%	15,4%	16,7%	18,4%	17,9%
RECETTES BUDGETAIRES	11,5%	11,8%	11,8%	12,4%	10,7%	12,6%	13,6%	13,8%
Recettes fiscales	8,6%	9,5%	9,3%	9,3%	7,4%	9,4%	10,0%	10,5%
Impôts sur le revenu, les bénéfices et les gains en capital	2,0%	2,1%	2,4%	2,7%	2,4%	2,9%	3,0%	3,2%
Impôts sur les salaires et la main-d'oeuvre	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Impôts sur le patrimoine	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	1,2%	1,4%
Impôts sur les biens et services	3,4%	3,9%	3,6%	3,5%	2,7%	3,5%	3,6%	3,5%
Impôts sur commerce extérieur et transactions internationales	2,6%	2,9%	2,7%	2,3%	1,8%	2,1%	2,3%	2,7%
Droits a l'importation	1,5%	1,8%	1,6%	1,3%	1,3%	1,3%	1,5%	1,8%
Taxes à l'exportation	1,1%	1,1%	1,2%	1,0%	0,4%	0,9%	0,8%	0,8%
sur les noix de cajou	0,9%	0,8%	0,7%	0,8%	0,4%	0,8%	0,7%	0,7%
sur autres produits	0,2%	0,3%	0,5%	0,2%	0,0%	0,1%	0,2%	0,2%
Autres recettes fiscales	0,7%	0,5%	0,5%	0,8%	0,5%	0,9%	1,2%	1,2%
Dons	3,7%	5,0%	3,6%	2,9%	4,7%	4,1%	4,8%	4,1%
Projets	3,7%	4,7%	3,6%	2,7%	4,3%	4,1%	4,2%	3,6%
Programmes (Aides budgétaires)	0,0%	0,3%	0,0%	0,2%	0,4%	0,0%	0,5%	0,5%
Autres recettes (recettes non fiscales)	2,9%	2,3%	2,5%	3,1%	3,3%	3,1%	3,5%	3,3%
CHARGES (DEPENSES COURANTES)	13,5%	11,8%	12,6%	14,9%	19,9%	15,2%	14,7%	14,2%
Rémunération des salariés (en nature et en espèces)	4,3%	4,0%	4,4%	5,3%	5,9%	5,4%	5,2%	5,0%
Utilisation de biens et services	1,6%	2,4%	2,4%	2,0%	2,8%	2,1%	2,1%	2,1%
Intérêt dû	0,7%	0,6%	0,6%	0,9%	1,7%	1,7%	1,5%	1,5%
Intérêt sur dette intérieure	0,4%	0,3%	0,3%	0,5%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%
Intérêt sur dette étrangère	0,2%	0,3%	0,3%	0,4%	0,7%	0,7%	0,5%	0,5%
Dons (subventions et transferts)	4,3%	2,8%	3,1%	3,9%	3,8%	3,0%	2,9%	2,8%
Autres charges courantes	2,7%	2,0%	2,1%	2,7%	5,7%	3,0%	2,9%	2,8%
Dépenses des fonds speciaux & fonds annexes	1,7%	5,1%	2,8%	0,4%	-4,5%	1,5%	3,7%	3,8%
Solde net de gestion	1,7%	5,1%	2,8%	0,4%	-4,5%	1,5%	3,7%	3,8%
ACQUISITION NETTE D'ACTIFS NON FINANCIERS (DEPENSES EN CAPITAL)	5,8%	6,4%	7,0%	4,5%	6,7%	6,8%	7,1%	6,1%
sur ressources intérieures	0,2%	0,3%	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,4%	0,4%
sur ressources extérieures	5,5%	6,2%	6,8%	4,3%	6,5%	6,4%	6,8%	5,7%
SOLDE GLOBAL (base engagement) (hors dons)	-7,8%	-6,4%	-7,9%	-7,0%	-15,9%	-9,4%	-8,2%	-6,4%
SOLDE GLOBAL (base engagement) (y compris dons)	-4,1%	-1,4%	-4,3%	-4,1%	-11,2%	-5,2%	-3,4%	-2,3%
SOLDE PRIMAIRE DE BASE	-1,6%	0,4%	-0,5%	-1,8%	-7,7%	-1,2%	0,1%	0,8%
AJUSTEMENT BASE CAISSE	-0,8%	0,0%	0,1%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Variations des arriérés de paiement (réduc. = -)	-0,8%	0,0%	0,1%	1,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sur dette intérieure	-0,8%	0,0%	0,1%	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Sur dette extérieure (intérêts)	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
SOLDE GLOBAL (base caisse) (hors dons)	-8,7%	-6,4%	-7,8%	-5,6%	-15,9%	-9,4%	-8,2%	-6,4%
SOLDE GLOBAL (base caisse) (y compris dons)	-4,9%	-1,4%	-4,2%	-2,8%	-11,2%	-5,2%	-3,4%	-2,3%

Fonte: INE, BCEAO e CEM.

TRANSACTIONS SUR ACTIFS FINANCIERS ET

PASSIFS (FINANCEMENT)	4,9%	1,4%	4,2%	2,8%	11,2%	5,2%	3,4%	2,3%
FINANCEMENT INTERIEUR NET	3,6%	1,6%	2,0%	1,1%	9,6%	5,2%	1,9%	1,0%
Financement bancaire (net)	3,6%	1,6%	2,0%	1,1%	9,6%	5,2%	1,9%	1,0%
Financement non bancaire (net)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
FINANCEMENT EXTERIEUR NET	1,6%	3,8%	2,9%	1,3%	1,6%	0,0%	1,4%	1,3%
Tirages	1,8%	1,5%	3,2%	1,6%	2,1%	2,3%	2,5%	2,1%
Amortissement dû	-0,2%	-0,3%	-0,2%	-0,4%	-0,5%	-2,3%	-1,1%	-0,8%
Variation des arriérés de paiement extérieurs	0,0%	-0,4%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Allègement, rééchelonnement obtenu de la Dette	0,0%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres financements extérieurs (net)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
AJUSTEMENT STATISTIQUE	-0,3%	-4,0%	-0,7%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Gap à financer (en projection)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%

BALANCE DES PAIEMENTS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
en milliards de FCFA								
Compte des transactions courantes	10,0	2,2	-30,1	-72,9	-80,6	-14,8	-47,4	-55,6
Biens et services	-33,5	-41,5	-43,7	-133,4	-130,2	-77,1	-117,8	-122,3
Balance des biens FOB	27,5	28,3	25,7	-66,0	-62,4	-11,1	-50,8	-52,0
Exportations de biens FOB	164,0	197,5	188,6	142,4	81,4	152,1	133,2	136,8
Noix de cajou	159,5	189,1	135,1	135,2	77,3	147,4	128,6	129,8
Poissons et crevettes	0,0	1,0	0,6	0,4	0,6	0,7	0,7	0,8
Bois	0,0	0,0	44,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Phosphates	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Coton	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Divers	4,5	7,4	8,0	6,8	3,5	4,0	3,8	6,2
<i>dont Produits de l'agriculture vivrière</i>	<i>0,1</i>	<i>0,2</i>	<i>0,4</i>	<i>0,4</i>	<i>0,5</i>	<i>0,5</i>	<i>0,6</i>	<i>0,8</i>
<i>dont commerce intra-UEMOA</i>	<i>4,5</i>	<i>6,4</i>	<i>5,0</i>	<i>5,0</i>	<i>5,4</i>	<i>5,1</i>	<i>5,1</i>	<i>5,2</i>
Importations de biens FOB	-136,5	-169,2	-162,9	-208,4	-143,8	-163,2	-184,0	-188,8
Importations de biens CAF	-165,7	-205,4	-191,6	-245,1	-169,1	-191,9	-216,4	-222,1
Produits alimentaires	-60,2	-72,8	-64,3	-60,2				
Autres biens de consommation courante	-13,4	-15,9	-10,6	-16,5				
Produits pétroliers	-28,0	-35,4	-39,4	-50,4				
Biens intermédiaires	-20,7	-27,5	-25,9	-26,8				
Biens d'équipement	-23,7	-29,7	-30,7	-57,5				
Autres biens	-19,7	-24,0	-20,6	-33,7				
<i>dont commerce intra-UEMOA</i>	<i>-37,4</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>				
Balance des services	-61,0	-69,8	-69,4	-67,4	-67,9	-66,1	-67,0	-70,3
<i>Crédit</i>	<i>21,2</i>	<i>20,2</i>	<i>22,7</i>	<i>28,2</i>	<i>10,5</i>	<i>16,8</i>	<i>19,4</i>	<i>20,4</i>
<i>Débit</i>	<i>-82,2</i>	<i>-90,1</i>	<i>-92,1</i>	<i>-95,6</i>	<i>-78,4</i>	<i>-82,9</i>	<i>-86,4</i>	<i>-90,7</i>
Autres services (hors transport et voyages)	-10,1	-8,8	-12,3	17,6	-14,9	0,2	4,6	0,1
<i>Crédit</i>	<i>9,4</i>	<i>10,6</i>	<i>11,6</i>	<i>17,6</i>	<i>3,0</i>	<i>8,4</i>	<i>8,4</i>	<i>7,4</i>
<i>Débit</i>	<i>-19,6</i>	<i>-19,3</i>	<i>-23,9</i>	<i>0,0</i>	<i>-17,9</i>	<i>-8,2</i>	<i>-3,8</i>	<i>-7,3</i>
Fret et assurances	-27,2	-33,7	-26,7	-33,7	-25,3	-28,7	-32,4	-33,3
<i>Crédit</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>
<i>Débit</i>	<i>-27,2</i>	<i>-33,7</i>	<i>-26,7</i>	<i>-33,7</i>	<i>-25,3</i>	<i>-28,7</i>	<i>-32,4</i>	<i>-33,3</i>
Frais d'exp. / imp. FOB (%)	21,4%	21,4%	17,6%	17,6%	17,6%	17,6%	17,6%	17,6%
Autres transports	-1,9	-0,1	0,0	-1,0	-0,1	-0,2	-0,1	-0,2
<i>Crédit</i>	<i>0,2</i>	<i>0,2</i>	<i>0,1</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>
<i>Débit</i>	<i>-2,1</i>	<i>-0,2</i>	<i>-0,1</i>	<i>-1,0</i>	<i>-0,1</i>	<i>-0,2</i>	<i>-0,1</i>	<i>-0,2</i>
Voyages	-21,8	-27,3	-30,4	-50,3	-27,5	-37,4	-39,0	-37,0
<i>Crédit</i>	<i>11,5</i>	<i>9,5</i>	<i>11,0</i>	<i>10,6</i>	<i>7,5</i>	<i>8,4</i>	<i>11,0</i>	<i>13,0</i>
<i>Débit</i>	<i>-33,3</i>	<i>-36,8</i>	<i>-41,4</i>	<i>-60,9</i>	<i>-35,0</i>	<i>-45,8</i>	<i>-50,0</i>	<i>-50,0</i>
REVENUS PRIMAIRES (Solde)	17,6	8,4	-28,4	15,9	11,8	8,8	13,0	12,8
Rémunération des salariés	9,6	8,5	9,3	10,1	6,9	8,8	9,1	10,8
<i>Crédit</i>	<i>16,9</i>	<i>17,6</i>	<i>18,2</i>	<i>19,8</i>	<i>15,0</i>	<i>17,7</i>	<i>18,0</i>	<i>19,4</i>
<i>Débit</i>	<i>-7,2</i>	<i>-9,1</i>	<i>-8,9</i>	<i>-9,7</i>	<i>-8,1</i>	<i>-8,9</i>	<i>-8,9</i>	<i>-8,6</i>
Revenus des investissements	-2,7	-5,4	-42,2	-7,4	-8,3	-13,2	-11,5	-13,9
<i>Crédit</i>	<i>5,2</i>	<i>4,2</i>	<i>8,1</i>	<i>6,9</i>	<i>5,5</i>	<i>5,5</i>	<i>5,6</i>	<i>5,4</i>
<i>Débit</i>	<i>-7,8</i>	<i>-9,6</i>	<i>-50,3</i>	<i>-14,3</i>	<i>-13,7</i>	<i>-18,7</i>	<i>-17,1</i>	<i>-19,3</i>
Intérêts payés par le Budget de l'Etat	-1,7	-2,2	-2,1	-3,1	-5,6	-6,0	-4,5	-4,7
Autres intérêts et ajustements	-6,1	-7,4	-48,2	-11,2	-8,1	-12,7	-12,6	-14,6
Dividendes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres revenus primaires (Solde)	10,6	5,2	4,5	13,3	13,2	13,3	15,4	15,9
BALANCE DES SERVICES ET REVENUS	-17,5	-26,1	-55,8	-6,9	-18,2	-3,7	3,4	-3,7
REVENUS SECONDAIRES (Nets)	25,9	35,4	42,1	44,6	37,8	53,5	57,4	53,9
Administrations publiques (Solde)	1,4	9,6	10,2	10,0	19,6	11,0	15,0	15,0
<i>Crédit</i>	<i>1,4</i>	<i>9,6</i>	<i>10,2</i>	<i>10,0</i>	<i>19,6</i>	<i>11,0</i>	<i>15,0</i>	<i>15,0</i>
Aide budgétaire au Trésor	0,3	2,8	0,0	1,9	2,9	0,0	5,0	5,0
Autres	1,4	6,8	10,2	8,1	16,7	11,0	10,0	10,0
<i>Débit</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>	<i>0,0</i>
Autres secteurs (Solde)	24,5	25,8	31,9	34,6	18,2	42,5	42,4	38,9
Economies sur salaires (Solde)	19,4	24,5	30,2	33,2	18,0	40,9	40,8	37,2
<i>Crédit</i>	<i>34,4</i>	<i>43,4</i>	<i>52,8</i>	<i>45,7</i>	<i>35,3</i>	<i>53,0</i>	<i>54,0</i>	<i>56,0</i>
<i>Débit</i>	<i>-15,1</i>	<i>-18,9</i>	<i>-22,6</i>	<i>-12,5</i>	<i>-17,3</i>	<i>-12,1</i>	<i>-13,2</i>	<i>-18,8</i>
Autres transferts (Solde)	5,1	1,3	1,6	1,4	0,2	1,6	1,6	1,7
<i>Crédit</i>	<i>7,3</i>	<i>1,3</i>	<i>2,5</i>	<i>2,0</i>	<i>0,2</i>	<i>1,9</i>	<i>2,0</i>	<i>2,0</i>
<i>Débit</i>	<i>-2,2</i>	<i>0,0</i>	<i>-0,8</i>	<i>-0,6</i>	<i>0,0</i>	<i>-0,4</i>	<i>-0,4</i>	<i>-0,3</i>
BALANCE TRANSACTIONS COUR. (dons off.inclus)	10,0	2,2	-30,1	-72,9	-80,6	-14,8	-47,4	-55,6
BALANCE TRANSACTIONS COUR. (dons off.exclus)	-15,9	-33,2	-72,1	-117,5	-118,4	-68,3	-104,8	-109,5

O modelo não permite
previsões
desagregadas na
nomenclatura do
BCEAO

Fonte: INE, BCEAO e CEM.

COMPTE DE CAPITAL (Solde)	29,9	60,6	23,4	14,7	15,6	17,7	18,8	19,5
Acquisitions/cessions d'actifs non fin. non prod. (Solde)	0,0	-0,7	-0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Crédit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Débit	0,0	-0,7	-0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transfert en capital (Solde)	29,9	61,3	23,8	14,7	15,6	17,7	18,8	19,5
Publics	28,4	59,9	22,1	14,5	15,0	17,1	17,6	18,3
Crédit	28,4	59,9	22,1	14,5	15,0	17,1	17,6	18,3
projets inscrits au PIP et TOFE	27,3	40,1	30,3	22,6	34,6	36,6	39,0	35,2
autres projets non PIP (FBCF) et ajust.	0,3	-5,2	-8,2	-8,1	-19,6	-19,5	-21,4	-16,9
Remises de dettes	0,7	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Débit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres secteurs (Solde)	1,5	1,4	1,7	0,2	0,6	0,6	1,2	1,2
Crédit	1,5	1,4	1,7	0,2	0,6	0,6	1,2	1,2
Débit	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
COMPTE FINANCIER (Solde)	-6,7	35,3	-19,6	-36,3	-41,2	-5,7	-18,6	-18,2
Investissements directs (Solde)	-14,0	-8,9	-11,6	-37,3	-6,8	-12,5	-14,7	-14,7
Crédit	0,3	0,2	-0,2	0,2	0,0	0,0	0,3	0,3
Débit	-14,2	-9,1	-11,4	-37,5	-6,8	-12,5	-15,0	-15,0
Investissements de portefeuille (Solde)	-10,8	-8,5	-18,2	-13,0	-48,5	-15,5	-15,6	-16,0
Derivé financier	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres investissements	18,1	52,7	10,3	14,0	14,1	22,3	11,7	12,5
Administrations publiques	-9,2	15,4	-23,9	-10,1	-12,7	0,0	-13,3	-12,5
Tirages	13,5	12,7	26,5	13,8	17,1	20,1	23,3	20,5
pour projets inscrits au PIP et TOFE	13,5	12,7	26,5	13,8	17,1	20,1	23,3	20,5
prêts programmes (aide budgétaire)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
financements exceptionnels et autres	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortissements dûs	-1,5	-28,1	-2,5	-3,7	-4,4	-20,1	-10,0	-8,0
assurés par le budget	-1,5	-2,5	-1,9	-3,7	-4,4	-20,1	-10,0	-8,0
autres	0,0	-25,6	-0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Autres secteurs (Solde)	27,3	37,3	34,2	24,1	26,8	22,3	25,0	25,0
Crédit	27,3	42,7	36,8	24,1	26,8	22,3	25,0	25,0
Débit	0,0	-5,4	-2,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
COMPTE DE CAPITAL ET D'OPERATIONS FIN.	23,2	96,6	4,2	-21,6	-25,6	12,0	0,2	1,3
ERREURS, OMISSIONS, REEVALUATIONS	-12,5	-8,9	-4,0	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0
S O L D E G L O B A L	34,1	18,5	8,9	-15,2	-23,8	8,6	-10,0	-18,0
AVOIRS DE RESERVE	-3,0	26,9	-5,1	-1,3	23,8	-8,6	10,0	18,0
Variation avoires ext. off. Nets (augmentation = -)	6,4	-23,1	6,4	0,0	19,7	-11,6	7,0	15,0
Allocations de DTS et FAS/FASR FMI (net)	3,5	3,8	1,3	-1,3	4,1	3,0	3,0	3,0
Réévaluation et ajustement	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	2,0	3,0
GAP DE FINANCEMENT	-12,8	46,2	-12,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AVOIRS EXT NETS BCEAO (mia F fin année)	153,1	176,2	169,8	169,8	150,1	161,7	154,6	139,6
ENG. EXT. C.&L. TERME (mia FCFA fin année)	18,2	33,4	38,6	38,6	42,5	46,7	51,4	56,5
AVOIRS EXT BRUTS BCEAO (mia F fin an)	171,3	209,6	208,4	208,4	192,5	208,4	206,0	196,1
Nombre de mois d'importations de biens et services	8,4	8,2	8,0	6,7	8,1	7,9	6,9	6,0

BALANCE DES PAIEMENTS (%PIB)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Compte des transactions courantes	1,4%	0,3%	-3,6%	-8,6%	-10,1%	-1,7%	-5,1%	-5,7%
Biens et services	-4,5%	-4,9%	-5,2%	-15,7%	-16,3%	-8,7%	-12,8%	-12,5%
Balance des biens	3,7%	3,3%	3,1%	-7,8%	-7,8%	-1,3%	-5,5%	-5,3%
Exportations de biens FOB	22,2%	23,1%	22,6%	16,7%	10,2%	17,2%	14,5%	14,0%
Noix de cajou	21,6%	22,2%	16,2%	15,9%	9,7%	16,7%	14,0%	13,3%
Poissons et crevettes	0,0%	0,1%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Bois	0,0%	0,0%	5,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Coton	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Divers	0,6%	0,9%	1,0%	0,8%	0,4%	0,5%	0,4%	0,6%
dont Produits de l'agriculture vivrière	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
dont commerce intra-UEMOA	0,6%	0,8%	0,6%	0,6%	0,7%	0,6%	0,6%	0,5%
Importations de biens FOB	-18,5%	-19,8%	-19,5%	-24,5%	-18,0%	-18,5%	-20,0%	-19,3%
Importations de biens CAF	-22,5%	-24,1%	-22,9%	-28,8%	-21,1%	-21,7%	-23,5%	-22,7%
Produits alimentaires	-8,2%	-8,5%	-7,7%	-7,1%				
Autres biens de consommation courante	-1,8%	-1,9%	-1,3%	-1,9%				
Produits pétroliers	-3,8%	-4,1%	-4,7%	-5,9%				
Biens intermédiaires	-2,8%	-3,2%	-3,1%	-3,2%				
Biens d'équipement	-3,2%	-3,5%	-3,7%	-6,8%				
Autres biens	-2,7%	-2,8%	-2,5%	-4,0%				
dont commerce intra-UEMOA	-5,1%	0,0%	0,0%	0,0%				

O modelo não permite
previsões
desagregadas na
nomenclatura do
BCEAO

Fonte: INE, BCEAO e CEM.

<u>Balance des services</u>	-8,3%	-8,2%	-8,3%	-7,9%	-8,5%	-7,5%	-7,3%	-7,2%
Crédit	2,9%	2,4%	2,7%	3,3%	1,3%	1,9%	2,1%	2,1%
Débit	-11,1%	-10,6%	-11,0%	-11,2%	-9,8%	-9,4%	-9,4%	-9,3%
<u>Autres services (hors transport et voyages)</u>	-1,4%	-1,0%	-1,5%	2,1%	-1,9%	0,0%	0,5%	0,0%
Crédit	1,3%	1,2%	1,4%	2,1%	0,4%	1,0%	0,9%	0,8%
Débit	-2,7%	-2,3%	-2,9%	0,0%	-2,2%	-0,9%	-0,4%	-0,7%
<u>Fret et assurances</u>	-3,7%	-3,9%	-3,2%	-4,0%	-3,2%	-3,3%	-3,5%	-3,4%
Crédit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	-3,7%	-3,9%	-3,2%	-4,0%	-3,2%	-3,3%	-3,5%	-3,4%
Frais d'exp. / imp. FOB (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<u>Autres transports</u>	-0,3%	0,0%	0,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Crédit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	-0,3%	0,0%	0,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<u>Voyages</u>	-3,0%	-3,2%	-3,6%	-5,9%	-3,4%	-4,2%	-4,2%	-3,8%
Crédit	1,6%	1,1%	1,3%	1,2%	0,9%	1,0%	1,2%	1,3%
Débit	-4,5%	-4,3%	-5,0%	-7,2%	-4,4%	-5,2%	-5,4%	-5,1%
REVENUS PRIMAIRES (Solde)	2,4%	1,0%	-3,4%	1,9%	1,5%	1,0%	1,4%	1,3%
<u>Rémunération des salariés</u>	1,3%	1,0%	1,1%	1,2%	0,9%	1,0%	1,0%	1,1%
Crédit	2,3%	2,1%	2,2%	2,3%	1,9%	2,0%	2,0%	2,0%
Débit	-1,0%	-1,1%	-1,1%	-1,1%	-1,0%	-1,0%	-1,0%	-0,9%
Revenus des investissements	-0,4%	-0,6%	-5,1%	-0,9%	-1,0%	-1,5%	-1,2%	-1,4%
Crédit	0,7%	0,5%	1,0%	0,8%	0,7%	0,6%	0,6%	0,6%
Débit	-1,1%	-1,1%	-6,0%	-1,7%	-1,7%	-2,1%	-1,9%	-2,0%
Intérêts payés par le Budget de l'Etat	-0,2%	-0,3%	-0,3%	-0,4%	-0,7%	-0,7%	-0,5%	-0,5%
Autres intérêts et ajustements	-0,8%	-0,9%	-5,8%	-1,3%	-1,0%	-1,4%	-1,4%	-1,5%
Dividendes	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres revenus primaires (Solde)	1,4%	0,6%	0,5%	1,6%	1,6%	1,5%	1,7%	1,6%
BALANCE DES SERVICES ET REVENUS	-2,4%	-3,1%	-6,7%	-0,8%	-2,3%	-0,4%	0,4%	-0,4%
REVENUS SECONDAIRES (Nets)	3,5%	4,1%	5,0%	5,2%	4,7%	6,1%	6,2%	5,5%
Administrations publiques (Solde)	0,2%	1,1%	1,2%	1,2%	2,4%	1,2%	1,6%	1,5%
Crédit	0,2%	1,1%	1,2%	1,2%	2,4%	1,2%	1,6%	1,5%
Aide budgétaire au Trésor	0,0%	0,3%	0,0%	0,2%	0,4%	0,0%	0,5%	0,5%
Autres	0,2%	0,8%	1,2%	1,0%	2,1%	1,2%	1,1%	1,0%
Débit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres secteurs (Solde)	3,3%	3,0%	3,8%	4,1%	2,3%	4,8%	4,6%	4,0%
Economies sur salaires (Solde)	2,6%	2,9%	3,6%	3,9%	2,2%	4,6%	4,4%	3,8%
Crédit	4,7%	5,1%	6,3%	5,4%	4,4%	6,0%	5,9%	5,7%
Débit	-2,0%	-2,2%	-2,7%	-1,5%	-2,2%	-1,4%	-1,4%	-1,9%
Autres transferts (Solde)	0,7%	0,2%	0,2%	0,2%	0,0%	0,2%	0,2%	0,2%
Crédit	1,0%	0,2%	0,3%	0,2%	0,0%	0,2%	0,2%	0,2%
Débit	-0,3%	0,0%	-0,1%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
BALANCE TRANSACTIONS COUR. (dons off.inclus)	1,4%	0,3%	-3,6%	-8,6%	-10,1%	-1,7%	-5,1%	-5,7%
BALANCE TRANSACTIONS COUR. (dons off.exclus)	-2,2%	-3,9%	-8,6%	-13,8%	-14,8%	-7,7%	-11,4%	-11,2%
COMPTE DE CAPITAL (Solde)	4,0%	7,1%	2,8%	1,7%	1,9%	2,0%	2,0%	2,0%
Acquisitions/cessions d'actifs non fin. non prod. (Solde)	0,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Crédit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	0,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
TRANSFERTS EN CAPITAL (Solde)	4,0%	7,2%	2,8%	1,7%	1,9%	2,0%	2,0%	2,0%
Publics	3,8%	7,0%	2,6%	1,7%	1,9%	1,9%	1,9%	1,9%
Crédit	3,8%	7,0%	2,6%	1,7%	1,9%	1,9%	1,9%	1,9%
projets inscrits au PIP et TOFE	3,7%	4,7%	3,6%	2,7%	4,3%	4,1%	4,2%	3,6%
autres projets non PIP (FBCF) et ajust.	0,0%	-0,6%	-1,0%	-1,0%	-2,2%	-2,3%	-2,3%	-1,7%
Remises de dettes	0,1%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres secteurs (Solde)	0,2%	0,2%	0,2%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Crédit	0,2%	0,2%	0,2%	0,0%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Débit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
COMPTE FINANCIER (Solde)	-0,9%	4,1%	-2,3%	-4,3%	-5,2%	-0,6%	-2,0%	-1,9%
Investissements directs (Solde)	-1,9%	-1,0%	-1,4%	-4,4%	-0,8%	-1,4%	-1,6%	-1,5%
Crédit	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Débit	-1,9%	-1,1%	-1,4%	-4,4%	-0,8%	-1,4%	-1,6%	-1,5%
Investissements de portefeuille (Solde)	-1,5%	-1,0%	-2,2%	-1,5%	-6,1%	-1,8%	-1,7%	-1,6%
Autres investissements	2,4%	6,2%	1,2%	1,7%	1,8%	2,5%	1,3%	1,3%
Administrations publiques	-1,2%	1,8%	-2,9%	-1,2%	-1,6%	0,0%	-1,4%	-1,3%
Tirages	1,8%	1,5%	3,2%	1,6%	2,1%	2,3%	2,5%	2,1%
pour projets inscrits au PIP et TOFE	1,8%	1,5%	3,2%	1,6%	2,1%	2,3%	2,5%	2,1%
prêts programmes (aide budgétaire)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
financements exceptionnels et autres	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Amortissements dûs	-0,2%	-3,3%	-0,3%	-0,4%	-0,5%	-2,3%	-1,1%	-0,8%
assurés par le budget	-0,2%	-0,3%	-0,2%	-0,4%	-0,5%	-2,3%	-1,1%	-0,8%
autres	0,0%	-3,0%	-0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Autres secteurs (Solde)	3,7%	4,4%	4,1%	2,8%	3,3%	2,5%	2,7%	2,6%
Crédit	3,7%	5,0%	4,4%	2,8%	3,3%	2,5%	2,7%	2,6%
Débit	0,0%	-0,6%	-0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
COMPTE DE CAPITAL ET D'OPERATIONS FIN.	3,1%	11,3%	0,5%	-2,5%	-3,2%	1,4%	0,0%	0,1%
ERREURS, OMISSIONS, REEVALUATIONS	-1,7%	-1,0%	-0,5%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
SOLDE GLOBAL	4,6%	2,2%	1,1%	-1,8%	-3,0%	1,0%	-1,1%	-1,8%
AVOIRS DE RESERVE	-0,4%	3,2%	-0,6%	-0,2%	3,0%	-1,0%	1,1%	1,8%
Variation avoirs ext. off. Nets (augmentation = -)	0,9%	-2,7%	0,8%	0,0%	2,5%	-1,3%	0,8%	1,5%
Allocations de DTS et FAS/FASR FMI (net)	0,5%	0,4%	0,2%	-0,2%	0,5%	0,3%	0,3%	0,3%
Réévaluation et ajustement	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,2%	0,3%
GAP DE FINANCEMENT	-1,7%	5,4%	-1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
AVOIRS EXT NETS BCEAO (mia F fin année)	20,8%	20,6%	20,3%	20,0%	18,8%	18,3%	16,8%	14,3%
ENG. EXT. C.&L. TERME (mia FCFA fin année)	2,5%	3,9%	4,6%	4,5%	5,3%	5,3%	5,6%	5,8%
AVOIRS EXT BRUTS BCEAO (mia F fin an)	23,2%	24,6%	24,9%	24,5%	24,1%	23,6%	22,4%	20,1%

Fonte: INE, BCEAO e CEM.